

KARINE KÁTIA IRIA

**CARACTERIZAÇÃO E IMPLICAÇÕES DO COMÉRCIO INFORMAL DE
ALIMENTOS PARA O ECOSISTEMA FAMILIAR – VIÇOSA-MG**

Dissertação apresentada à
Universidade Federal de Viçosa,
como parte das exigências do
Programa de Pós-graduação em
Economia Doméstica para obtenção
do título de *Magister Scientiae*.

VIÇOSA
MINAS GERAIS – BRASIL
2008

KARINE KÁTIA IRIA

**CARACTERIZAÇÃO E IMPLICAÇÕES DO COMÉRCIO INFORMAL DE
ALIMENTOS PARA O ECOSSISTEMA FAMILIAR – VIÇOSA-MG**

Dissertação apresentada à
Universidade Federal de Viçosa,
como parte das exigências do
Programa de Pós-graduação em
Economia Doméstica para obtenção
do título de *Magister Scientiae*.

Aprovada em 05 de maio de 2008.

Prof^a. Vivianne D. A. Andrade

Prof^a. Karla M. Damiano Teixeira

Prof^a. Maria das D. S. de Loreto
Co-Orientadora

Prof^a. Marília F. Maciel Gomes
Co-Orientadora

Prof^a. Neuza Maria da Silva
Orientadora

***"Há duas fontes perenes
de alegria pura: o bem
realizado e o dever
cumprido."***

Eduardo Girão

AGRADECIMENTOS

À Deus, por abençoar minha vida, direcionar meus caminhos e não me deixar desistir dos meus sonhos;

Aos meus amados pais Antonio e Eva, por serem os melhores pais do mundo! Pelo amor, carinho, paciência e dedicação comigo. Pelas orações e pelo apoio em todas as ocasiões da minha vida;

Aos meus irmãos, José Antonio e Cássia e aos meus cunhados José Carlos e Terezinha, sempre presentes em minha vida, me apoiando e incentivando a vencer os obstáculos;

Aos meus sobrinhos, Rafael, Isabela, Lorena e Ana Paula, por alegrarem imensamente meu coração;

Ao meu esposo Gilberto, que trouxe mais brilho à minha vida. Por me apoiar e ajudar a terminar o trabalho começado. Pela paciência e pelo amor verdadeiro que fazem de mim uma pessoa melhor;

À minha nova família, Manoel Luiz e Nadila, José Lúcio, Geraldo, Helena, Marlene, Marcelo, Aline, Alisson, Michele e Milene, por acrescentarem mais amor em minha vida;

À toda minha família, pela torcida e amizade e por me proporcionarem momentos maravilhosos em meio à correria do dia-a-dia;

Aos meus amigos, pessoas mais que especiais em minha vida, pelo incentivo, pela torcida e pelas orações. Pelas palavras carinhosas e pela presença constante, que me encorajaram a enfrentar as barreiras que se apresentaram pelo caminho;

Aos meus professores, por se empenharem na profissão que exercem, proporcionando assim a concretização dos meus objetivos;

Aos colegas de curso, especialmente Iglesias e Juliana, por caminharem comigo e torcerem pelo meu sucesso;

Aos funcionários do Departamento de Economia Doméstica, especialmente Aloisia, Fifi e Lena, pelo incentivo recebido e pelos sorrisos e abraços que tornaram meus dias mais agradáveis;

À professora Neuza, minha orientadora, por nortear minhas decisões com seus conhecimentos, por estar sempre presente e pela paciência que demonstrou durante o desenvolvimento dessa dissertação;

Às minhas co-orientadoras, Dorinha e Marília, professoras dedicadas e atenciosas, por darem preciosas sugestões que muito contribuíram para a realização desse estudo;

Às professoras Karla e Viviane, pela disposição em participar da banca e pela preciosa colaboração nesta pesquisa.

Às professoras Elza, Tereza Angélica e Simone, por atenderem prontamente o meu pedido e à professora Ana Lídia, por sempre me apoiar e por colocar seus livros à minha disposição.

Finalmente, a todas as pessoas que contribuíram, de uma forma ou de outra, para que esse sonho se concretizasse. Vocês fizeram diferença em minha vida e, por isso, com o coração agradecido, peço a Deus que ilumine e guarde sempre os seus caminhos.

BIOGRAFIA

KARINE KÁTIA IRIA, filha de Antonio Iria Filho e Eva Consuelita da Rocha Iria, nasceu em Viçosa-MG, no dia 10 de maio de 1977.

Graduou-se em Economia Doméstica em julho de 2003 e, logo após, trabalhou como extensionista de bem-estar social pela Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER-MG), de novembro de 2003 a fevereiro de 2005.

Em maio de 2006 ingressou no programa de mestrado do Departamento de Economia Doméstica, submetendo-se à defesa de dissertação em maio de 2008.

SUMÁRIO

	Página
LISTA DE TABELAS	vii
LISTA DE FIGURAS	viii
RESUMO	ix
ABSTRACT	xi
1. INTRODUÇÃO	1
1.1. Contextualização do Problema e sua Importância.....	1
1.2. Objetivos.....	7
2. REFERENCIAL TEÓRICO	9
2.1. Considerações Sobre Qualidade de Vida, Economia Brasileira e Redes Sociais: Influências no Ecossistema Familiar.....	9
2.2. Economia Informal.....	15
2.3. Produção Informal de Alimentos.....	22
2.4. Teoria de Alocação de Tempo e Teoria das Necessidades Humanas.....	27
3. METODOLOGIA	33
3.1. Local de Estudo	34
3.2. População e Amostra	35
3.3. Variáveis Envolvidas no Estudo.....	36
3.4. Procedimentos para Coleta e Análise dos Dados.....	37
4. RESULTADOS E DISCUSSÃO	38
4.1. Perfil Socioeconômico e Demográfico dos Fornecedores de Alimentos Inseridos no Setor Informal.....	38
4.2. Identificação dos Tipos de Alimentos Fornecidos pelo Mercado Informal Urbano de Viçosa/MG	43
4.3. Participação em Treinamentos.....	45
4.4. Motivos que Levaram os Entrevistados à Atividade Informal....	48
4.5. Identificação das Redes Sociais Envolvidas na Atividade.....	51
4.6. Valor Econômico e Implicações da Atividade Informal na Vida do Fornecedor e no Ecossistema familiar	57
5. CONCLUSÕES, LIMITAÇÕES E RECOMENDAÇÕES	64
6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	69
APÊNDICE – Questionário de Pesquisa	77

LISTA DE TABELAS

	Página
Tabela 1 – Perfil Socioeconômico e Demográfico dos Entrevistados. Viçosa, MG – 2007	39
Tabela 2 – Relação entre Tipo de Família e Principal Fonte de Renda. Viçosa, MG – 2007	42
Tabela 3 – Tipos de Alimentos Produzidos e Comercializados no Mercado Informal Urbano. Viçosa, MG – 2007	44
Tabela 4 – Motivos que Levaram os Entrevistados a se Dedicarem à Atividade Informal. Viçosa, MG – 2007.....	48
Tabela 5 – Participação dos Membros da Família e Redes de Apoio nas Atividades Realizadas. Viçosa, MG – 2007	52
Tabela 6 – Outros Locais para Venda de Alimentos Citados pelos Produtores do Mercado Informal. Viçosa, MG – 2007	53
Tabela 7 – Valor Monetário da Atividade Informal e suas Implicações na Vida do Produtor e no Ecossistema Familiar. Viçosa, MG – 2007.....	57
Tabela 8 – Relação entre a Renda Obtida com a Venda de Alimentos e a Principal Fonte de Renda das Famílias. Viçosa, MG – 2007	59
Tabela 9 – Relação entre o Número de Pessoas que Participam desta Atividade e a Renda Obtida com a Venda desses Alimentos. Viçosa, MG – 2007.....	60
Tabela 10 – Grau de Satisfação e Mudanças Percebidas no Ecossistema Familiar. Viçosa, MG – 2007.....	61

LISTA DE FIGURAS

	Página
Figura 1 – Modelo de Rede de Relações	14
Figura 2 – Pirâmide de Necessidades de Maslow	30
Figura 3 - Redes Sociais Identificadas no Comércio Informal de Alimentos, Viçosa-MG, 2007.....	56

RESUMO

IRIA, Karine Kátia, M.Sc., Universidade Federal de Viçosa, maio de 2008.
Caracterização e Implicações do Comércio Informal de Alimentos para o Ecossistema Familiar – Viçosa-MG. Orientadora: Neuza Maria da Silva. Co-orientadoras: Maria das Dores Saraiva de Loreto e Marília Fernandes Maciel Gomes.

A família brasileira está inserida num contexto de intensas mudanças sociais, políticas e econômicas. No município de Viçosa-MG e em grande parte dos municípios brasileiros, essas mudanças têm sido percebidas também no setor informal da economia. Por não se conhecerem tais mudanças, buscou-se, nesta pesquisa, reduzir essa lacuna, visando oferecer subsídios aos tomadores de decisão quanto às políticas a serem implementadas. Nesse sentido, o objetivo do presente trabalho foi analisar as características e implicações do comércio informal de alimentos nos ecossistemas familiares do meio urbano da cidade de Viçosa/MG. A amostra, constituída de 35 pessoas, foi obtida por meio da técnica “bola de neve”, entrevistando-se tanto na feira de artesanato quanto na feira livre da cidade pessoas que comercializavam alimentos processados em casa; sendo os dados analisados com o auxílio do *software* SPSS. A análise do perfil socioeconômico e demográfico dos fornecedores de alimentos inseridos no setor informal mostrou a preponderância de homens e mulheres com mais de 40 anos, com baixo nível educacional, sugerindo que a atividade informal é capaz de absorver indivíduos com idade mais avançada e que encontram dificuldades para inserção no setor formal da economia. Essa pesquisa também detectou uma expressiva participação das mulheres no mercado informal de alimentos, reforçando o fato de que as atividades

relacionadas ao âmbito doméstico ainda são predominantemente femininas e significativas para o incremento da renda familiar. Notou-se a predominância da família do tipo nuclear e no ciclo intermediário de vida, com renda mensal variando entre um e três salários mínimos, indicando que o comércio informal de alimentos na cidade é constituído basicamente de famílias de renda relativamente baixa. Os tipos de alimentos fornecidos no mercado informal são tradicionais na cidade; estando a tecnologia adequada. Poucos entrevistados participaram de algum tipo de treinamento que os auxiliasse na produção e comercialização dos alimentos e, tampouco, na gestão do próprio negócio ou na administração de seus recursos financeiros. Dentre os motivos que os levaram a se dedicar à atividade informal, a necessidade de complementação da renda foi o mais citado. Constatou-se, também, que na maioria das famílias, o esposo e a esposa eram os mais envolvidos na produção informal de alimentos, embora tenham sido identificados a presença de redes sociais, caracterizadas principalmente pelo apoio de familiares, considerada como mais duradoura e densa. Essas redes sociais envolvidas no comércio informal representam vínculos específicos e sua presença contribui para uma maior autonomia das unidades familiares, a partir do momento que ampliam suas possibilidades de segurança financeira. Finalmente, no que diz respeito ao valor econômico da produção informal e suas implicações no ecossistema familiar, averiguou-se que, apesar da incerteza dos rendimentos gerados pelo trabalho informal, a maioria dos entrevistados declararam estar satisfeitos com a atividade informal, afirmando que a melhoria financeira foi uma das mudanças mais percebidas após se dedicarem a ela. Pode-se concluir que o comércio informal permite que as famílias se organizem de acordo com o tempo disponível, produzam conforme a habilidade e os recursos já existentes no domicílio, conjuguem momentos de lazer e de trabalho e, ainda, tenham a renda como fator determinante da atividade informal, existindo uma congruência entre esta atividade e as outras atividades domésticas e um sentimento de conformidade, em face à situação de subsistência do ecossistema familiar.

ABSTRACT

IRIA, Karine Kátia, M.Sc., Universidade Federal de Viçosa, May, 2008.
Characterization and Implications of the Informal Trade of Food to the Familiar Ecosystem – Viçosa-MG. Adviser: Neuza Maria da Silva. Co-Advisers: Maria das Dores Saraiva de Loreto and Marília Fernandes Maciel Gomes.

Brazilian family is inserted in a context of intense social, political and economical changes. In the city of Viçosa-MG and in a large part of Brazilian cities, those changes have also been noticed in the informal section of the economy. Because such changes are unknown, it was aimed in this research to reduce that gap in order to offer subsidies to the decisions takers about the politics that must be implemented. Therefore, the purpose of this work was to analyze the characteristics and implications of the informal trade of food in the familiar ecosystems of the urban part of the city of Viçosa/MG, the sample, constituted of 35 people, it was obtained through the technique "snowball", being interviewed, so much in the craft market as in the open market of the city, people who marketed processed home made food. The data was analyzed with the aid of the software SPSS. The analysis of the socioeconomic and demographic profile of the food suppliers inserted in the informal section showed the preponderancy of men and women older than 40 years old, with low education level, suggesting that the informal activity is capable of absorbing individuals in an advanced age who have difficulties to be inserted in the formal section of the economy. It was also detected an expressive participation of women in the informal market of food, reinforcing the fact that activities related to the domestic extent are, still, predominantly feminine and significant for incrementing the familiar income. It was noticed

the predominance of the nuclear type family in an intermediate cycle of life, with monthly income varying between one and three minimum wages, indicating that the informal trade of food in the city is constituted basically by families of income relatively low. The type of food supplied in the informal market is traditional in the city, being the technology appropriate. Few interviewees participated in some training type that aided them in the production and commercialization of food and, either, in the administration of their own business or in the administration of their financial resources. Among the reasons that took them to be dedicated to the informal activity, the need of income complementation was the most mentioned. It was also verified that in the most part of the families, husband and wife were the most involved in the informal production of food, even though it has been identified social nets characterized mainly by relatives' support, considered as more durable and dense. Those social nets involved in the informal trade represent specific bonds and their presence contributes to a large autonomy of the familiar units, as of the moment that they enlarge the family possibilities of financial safety. Finally, about the economical value of the informal production and its implications in the familiar ecosystem, it was discovered that, in spite of the uncertainty of the income generated by the informal work, the interviewees, in majority, declared to be satisfied with the informal activity, affirming that the financial improvement was one of the changes more noticed after they dedicated to it. It can be concluded that the informal trade allows the families to organize themselves according to the available time, to produce according to the ability and the resources already existent at home, to conjugate moments of leisure and work, and still, to have the income as decisive factor of the informal activity, existing a consistency between this activity and the other domestic activities and a conformity feeling, in face of the situation of subsistence of the familiar ecosystem.

I - INTRODUÇÃO

1.1. Contextualização do Problema e Sua Importância

A família desempenha importante papel na sociedade e contribui significativamente para o crescimento e desenvolvimento de um país, tanto em aspectos sociais e culturais, influenciando na formação dos vínculos afetivos e no caráter das pessoas, quanto econômicos, ao se constituir ofertadora de recursos produtivos e em potencial consumidora de bens e serviços oferecidos no mercado, sendo, portanto, capaz de influenciar na oferta e demanda de produtos.

Vista como unidade social, a família é valorizada internacionalmente e desempenha papel decisivo, não somente em relação aos aspectos afetivo e espiritual, mas também no que diz respeito à execução de tarefas essenciais para a sociedade. Priorizar a família é fundamental para a obtenção de desenvolvimento econômico e social sustentado (KLIKSBURG, 2003). Para este autor,

“Uma das redescobertas dos fins do milênio foi a da instituição familiar. Inúmeras pesquisas recentes revelam que, junto com suas decisivas funções espirituais e afetivas, a família também é um pilar do desenvolvimento. Não existe nenhuma organização, pública ou privada, que preste os serviços sociais básicos com a eficácia de uma família bem articulada” (KLIKSBURG, 2003:169).

A família brasileira está inserida num contexto de intensas mudanças sociais, políticas e econômicas. Segundo Brito (2004), esse contexto se caracteriza por uma estrutura¹ e conjuntura² que dificultam a realização de um plano de desenvolvimento compatível com um programa de estabilização da economia.

Os objetivos conjunturais e estruturais da política econômica não são independentes, podendo ser, inclusive, conflitantes. Por esse motivo, vários planos já implementados na tentativa de solucionar problemas estruturais e conjunturais não lograram sucesso, pois, ao privilegiar, por exemplo, a estabilidade do nível de preços, deixaram a desejar em termos de crescimento econômico e, portanto, de estabilidade do nível de atividade e do emprego.

Como relatou Furtado (2004), há quase meio século não houve correspondência entre crescimento econômico e desenvolvimento no Brasil e, portanto, o país seria um caso conspícuo de mau desenvolvimento. Antunes (2004) ressalta que a estratégia de implantação e desenvolvimento do Plano Real³, ao privilegiar a estabilização dos preços, por meio da política monetária restritiva e da complacência fiscal, induziu ao desmantelamento do setor produtivo, em razão do processo de abertura comercial passivo e mal direcionado, elevação da taxa de juros, favorecimento do capital especulativo, queda dos investimentos e da produção de bens e serviços do país – Produto Interno Bruto (PIB) – com redução dos espaços de geração de emprego e renda. Braga (2005) reforça ainda que a instabilidade da economia brasileira nas décadas de 1980 e 1990 foi responsável pelo

¹ Por questões estruturais entendem-se os problemas relacionados às desigualdades regionais, elevados graus de concentração da propriedade da riqueza e da renda, baixo nível tecnológico, desconhecimento das potencialidades do país, elevado crescimento populacional, péssimas condições de saúde, saneamento e habitação, de educação, de emprego, de pobreza, reduzindo a capacidade de poupança, desequilíbrios do balanço de pagamentos, altas taxas de juros, a dívida interna e externa, dentre outros.

² Por questões conjunturais, deve-se entender a necessidade de estabilização de preços, equilíbrio tributário, fiscal, monetário e cambial, além de uma fundamental política de distribuição de rendas (BRITO, 2004).

³ Plano implementado em julho de 1994, no governo de Itamar Franco, com vistas a conseguir uma estabilização econômica do país, com o objetivo primário de controlar a hiperinflação.

agravamento dos problemas estruturais do mercado de trabalho, destacando-se a precarização das formas de contratação, o crescimento do desemprego e o aumento do trabalho informal.

Essa precariedade do mercado de trabalho é um dos problemas notáveis enfrentados por grande parcela das famílias brasileiras, afetando diretamente sua qualidade de vida, devido à falta de rendimentos estáveis que lhes garantam condições de satisfazer as suas necessidades e desejos, permitindo-lhes proporcionar o bem-estar de seus membros. Assim, a inserção no setor informal passa a ser uma das alternativas, ao menos a curto prazo, para resolver tal problema social.

Dados da Organização Internacional do Trabalho (OIT) sinalizam o contínuo crescimento do trabalho informal na América Latina, particularmente no Brasil, em detrimento do trabalho regulamentado, salientando que tal crescimento se inscreveu em um período marcado pelo desemprego contínuo no mercado formal (SILVA e BARBOSA, 2001).

A taxa de desocupação ou desemprego aberto é a porcentagem das pessoas desocupadas quanto à população economicamente ativa (PEA). Dados da pesquisa mensal de empregos⁴, de 2007, divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), apontam para certa estabilidade na taxa de desocupação, em torno de 10%, o que é preocupante, pois a redução seria o mais desejável. Essa pesquisa destacou ainda, que, entre os desocupados, 55,4% eram mulheres, predominantemente na faixa etária de 25 a 49 anos (46,5%); e que 20,3% dos desocupados estavam em busca do primeiro trabalho, por um período de 31 dias a 6 meses (47,9%), sendo 24,9% deles considerados os principais provedores da família (IBGE, 2007).

Paralelamente à contração do emprego formal, constatou-se um crescimento significativo da informalidade, com precariedade e fragmentação do trabalho, com desgastes no cotidiano familiar, e o risco de acentuar as *“privações de liberdade que limitam as escolhas e as oportunidades das pessoas de exercerem ponderadamente sua condição de*

⁴ A pesquisa abrangeu seis regiões metropolitanas: Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre. Foram classificadas como desocupadas as pessoas que não estavam trabalhando, mas estavam disponíveis para trabalhar e tomando providências efetivas para conseguir trabalho nos últimos 30 dias.

agente” (SEN, 2000:10); ou seja, de cuidarem de si mesmas, provocar mudanças e participar de ações econômicas, sociais e políticas, atuando como membro efetivo da sociedade (SANTOS, 2007).

No entanto, um estudo conduzido por Braga (2005) revelou que o trabalho informal, considerado fruto da incapacidade de geração de emprego nos mercados formais de trabalho, tem ganhado destaque como importante alternativa de ocupação para trabalhadores antes incorporados ao setor regulamentado, mesmo em períodos de recuperação da atividade econômica.

Outro aspecto a ser ressaltado para o incremento da informalidade diz respeito às fortes desigualdades econômicas e sociais, associadas ao esgotamento do Estado em face da ideologia neoliberal⁵, que tem levado a uma reestruturação das famílias, que buscam na economia informal novas estratégias de sobrevivência e cooperação para assegurar a manutenção de seus níveis de vida e de bem-estar em geral. Sobre isso, Souza (2005) afirma que as mudanças na vida social brasileira trazem sérias implicações para o modo de as famílias brasileiras se organizarem, até mesmo em suas próprias relações com a sociedade.

Diante dessa realidade, na qual a sociedade não está sendo capaz de oferecer às famílias as condições necessárias para a sua sobrevivência, não é difícil entender o aumento da informalidade, como “válvula de escape” para driblar o desemprego e garantir o atendimento das necessidades básicas no que diz respeito à renda, ainda que seja de maneira incerta e insuficiente.

Assim, a própria dinâmica da economia alimenta, como aponta Pereira (2003), o crescimento do setor informal, seja forçando-o a absorver os ex-assalariados de baixa qualificação em atividades bastantes precárias, como o comércio ambulante ou o serviço doméstico, seja estimulando a formação de pequenos negócios sob a responsabilidade de ex-assalariados de melhor qualificação, cuja atividade-fim é a prestação de serviços ou fornecimento

⁵ Segundo Fagnani, apud César Filho (2005), a ideologia neoliberal é uma prática econômica que rejeita a intervenção no Estado na economia, permitindo ao mercado se auto-regular com total liberdade. Com o neoliberalismo, países subdesenvolvidos ou em desenvolvimento, como o Brasil, sofreram pressão dos países globalizados para conter gastos em programas sociais, além de defender o Estado mínimo com maior flexibilidade no mercado e políticas focalizadas, apresentando um caráter mais assistencialista.

de produção ao setor organizado ou o desenvolvimento de atividades voltadas para os serviços que emergem do novo estilo de vida que vai estabelecendo a configuração produtiva, como é o caso do *fast-food*.

Ao se tratar do ecossistema familiar⁶, é importante atentar para o fato de que, apesar de o desemprego ser um motivador para a entrada no setor informal, há que se considerar também outros fatores que fazem com que a inserção nesta atividade satisfaça necessidades não econômicas, mas tão importantes quanto para a melhoria da qualidade de vida. Tais fatores podem ser de ordem pessoal, social ou cultural, atendendo às necessidades de lazer, de *status* ou de auto-realização. É neste sentido que a qualidade de vida pode ser concebida como o bem-estar total produzido por elementos sociais, econômicos e culturais, políticos, religiosos e ambientais, que configuram não apenas as dimensões do ter e do possuir, mas também do ser e do viver em condições de produzir (FERREIRA, 1986).

Lage (2005), ao apresentar um estudo do IBGE sobre a economia informal urbana, salienta que a economia informal responde quase pela totalidade das pequenas empresas brasileiras (98%), o equivalente a 10,35 milhões de empresas. Este estudo, realizado em 2003, aponta que a economia informal gerou R\$ 17,6 bilhões de receita média mensal e respondeu por um quarto das contratações de trabalhadores não-agrícolas no país, empregando cerca de 13 milhões de pessoas. Revelou ainda que 2.137.194 empresas do setor informal trabalham por encomenda ou subcontrato e, dessas, 51.213 se dedicam a serviços de alojamento e alimentação. Das que trabalham sob encomenda ou subcontrato, 35.426 declararam que o motivo de estarem nessa atividade é a garantia de vendas ou de trabalho (IBGE, 2003).

Para Pereira (2003), a trajetória do setor informal brasileiro tem contribuído para que as análises tenham se diversificado e aprofundado com o passar dos anos. Desse modo, mesmo que não haja uniformidade de tratamento conceitual e de análise, a informalidade tem se caracterizado por ser um fenômeno inerente e relevante para a economia brasileira, que

⁶ Pode-se dizer, de acordo com os estudos de Bronfenbrenner (1996) apud Alves (1997), que Ecossistema Familiar diz respeito às relações/interações entre a família e o meio ambiente em que ela está inserida.

reforça a necessidade de se avançar em relação a abordagens cada vez mais precisas sobre sua forma de manifestação, suas causas e conseqüências.

O trabalho informal abrange diversas atividades, e o setor de alimentos tem sido uma das principais. Cardoso et al. (2005) afirmam que, no Brasil, apesar da ausência de dados específicos para esse setor da economia informal, sabe-se que há significativa contribuição dessa atividade para a geração de empregos e redução dos níveis de pobreza para milhares de cidadãos.

Assim, há de se considerar uma pesquisa, realizada na cidade de Viçosa, em 1994, que destacou o setor informal de comercialização de alimentos. Os resultados desta pesquisa apresentaram variáveis importantes, que mostraram o perfil do setor informal nesse município naquele período. No entanto, de 1994 até 2007, mais de 10 anos se passaram, e, portanto, ocorreram mudanças significativas na economia do país, por exemplo, a intensificação da abertura econômica (iniciada em 1990); a implantação do Plano Real (julho de 1994), com a estabilização da inflação e o crescimento (não contínuo) do Produto Interno Bruto (PIB); e, em período recente, o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC)⁷.

Além disso, como parte dos objetivos do PAC, está a Nova Lei das Micro e Pequenas Empresas, que entrou em vigor em julho de 2007, e trouxe novidades como redução de juros e diminuição da burocracia, visando diminuir o número de empresas na informalidade.

No município de Viçosa-MG, de modo similar à grande parte dos municípios brasileiros, têm ocorrido mudanças na economia, especificamente no setor informal.

Procura-se responder, nesta investigação, aos seguintes questionamentos: Em 2007, o que se pode dizer das famílias do meio urbano de Viçosa-MG que trabalham na produção informal de alimentos como estratégia de geração de renda? Qual o perfil dessas famílias e quais os tipos de alimentos produzidos? Esses produtores recebem ou receberam algum treinamento sobre o processo de manipulação de alimentos, de

⁷ Esse programa é tratado com mais detalhes no referencial teórico.

acordo com a legislação vigente, ou seja as normas da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA)? Receberam alguma orientação sobre comercialização de alimentos e gestão de negócios, visando dar suporte para administrar seu próprio negócio? Receberam alguma orientação sobre contabilidade doméstica para realizar uma distribuição de renda, que considere a necessidade de poupança para o caso de imprevisto, principalmente o da não continuidade nesta atividade, dado seu caráter instável? O que determinou a opção por essa atividade e qual a perspectiva de futuro, em termos de planejamento, objetivos e metas para a sustentabilidade das famílias inseridas num mercado tão incerto e exigente? Estas questões delimitam o problema a ser pesquisado, derivado da escassez de informações sobre o setor informal de comercialização de alimentos em Viçosa/MG, considerado de vital importância para a melhoria da qualidade de vida das unidades familiares envolvidas.

Feitas essas considerações, este trabalho foi realizado com o intuito de contribuir para a geração de conhecimentos capazes de subsidiar políticas públicas e variadas. Com isso, espera-se trazer o produtor familiar do setor informal para o setor formal ou dar condições para a sua permanência no mercado informal, de acordo com suas possibilidades, atendendo aos requisitos de qualidade e usufruindo de maior segurança e estabilidade, com vantagens para a economia do país como um todo e para a família particularmente.

1.2. Objetivos

O objetivo geral deste trabalho foi analisar as características e implicações do comércio informal de alimentos no ecossistema familiar. Especificamente pretendeu-se:

- Traçar o perfil socioeconômico e demográfico dos produtores de alimentos inseridos no setor informal.
- Fazer um levantamento dos tipos de alimentos produzidos pelo mercado informal de Viçosa, no meio urbano.

- Verificar a ocorrência de algum treinamento, adequado a esse tipo de atividade, como manipulação de alimento, gestão de negócio e orçamento doméstico.

- Analisar os fatores que levaram essas famílias a se dedicarem a esse tipo de atividade.

- Identificar e analisar a participação das redes sociais nas atividades realizadas.

- Analisar o valor econômico e as implicações da atividade informal na vida dos produtores informais de alimentos e no ecossistema familiar.

II - REFERENCIAL TEÓRICO

Contextualizar família e economia informal é importante para se entender a interação entre eles. Assim, foram feitas algumas considerações sobre a economia brasileira e as redes sociais emergentes, bem como a respeito da influência de ambas no ecossistema familiar. Tentou-se perceber a situação atual enfrentada pelas famílias na sociedade, procurando entender os fatores que levam as famílias para o mercado informal. Em seguida, abordou-se a economia informal quanto a conceituação e características para então tratar do comércio informal de alimentos, sua complexidade e a necessidade de capacitações específicas para a permanência nesse mercado. Por último, apresentou-se a Teoria de Alocação de Tempo e a Teoria das Necessidades Humanas, as quais também contribuem para a compreensão do problema em pauta.

2.1. Considerações Sobre Qualidade de Vida, Economia Brasileira e Redes Sociais: Influências no Ecossistema Familiar

Em geral, o conceito de qualidade de vida diz respeito tanto à distribuição dos bens de cidadania – os bens e direitos que uma sociedade, em dado momento, julga serem essenciais – quanto à distribuição de uma série de bens coletivos de natureza menos tangível. Assim, renda, saúde, emprego, habitação, educação ou segurança pessoal são apenas algumas

dimensões que permitem uma avaliação das condições de vida prevaletentes (SOUZA, 1982). Pode-se dizer, ainda, que a qualidade de vida refere-se à percepção do indivíduo tanto de sua posição na vida, no contexto da cultura e nos sistemas de valores nos quais se insere, quanto em relação aos seus objetivos, expectativas, padrões e preocupações.

Herculano (1998:92) define qualidade de vida como “*a soma das condições econômicas, ambientais, científico-culturais e políticas coletivamente construídas e postas à disposição dos indivíduos para que estes possam realizar suas potencialidades*”, e salienta que sua mensuração depende da mensuração de níveis de conhecimento e tecnologia já desenvolvidos e os mecanismos para o seu fomento; de canais institucionais para participação e geração de decisões coletivas e para resolução de dissensos; de mecanismos de acesso à produção; de mecanismos de acessibilidade ao consumo; de canais de democratização e de informação; de proporção de áreas verdes para a população urbana e de áreas de biodiversidade protegidas; e, finalmente, da mensuração de organismos governamentais e não-governamentais voltados para a implementação da qualidade de vida.

Jardim et al. (2007) ressaltam que diferentes conceituações de qualidade de vida têm sido usadas, de definições gerais às mais específicas. Trata-se de um termo abrangente, que inclui fatores relacionados à saúde, como os físicos, funcionais, emocionais e bem-estar mental e, também, os não relacionados, a saber, o trabalho, família, amigos e outros aspectos da vida. Para Ogata (2007), as dimensões de qualidade de vida, física, emocional, social, espiritual e intelectual compõem o todo do ser humano, e todas estas dimensões devem ser cultivadas e desenvolvidas no dia-a-dia ao longo de toda a vida.

Feitas estas considerações pode-se dizer que promover a qualidade de vida de uma família é importante, partindo-se do pressuposto de que ela é a base, o patamar dos indivíduos e da sociedade como um todo, sendo, por isso, imprescindível entender o contexto socioeconômico e político em que a mesma está inserida.

Souza (2005) observa que o modo de produção capitalista, sistema atual em que vivem as famílias brasileiras, obriga os membros da família a participarem de forma efetiva no aumento da renda familiar, uma vez que a única forma de sobrevivência da classe trabalhadora é vender sua força de trabalho. Alencar (2004) apud Souza (2005:6) salienta que:

“Assim, em um contexto social marcado pelo aumento do desemprego, no qual torna-se cada vez mais difícil a obtenção do trabalho assalariado e, por conseqüência, o acesso à cidadania, a família vem se tornando, talvez, quase a única possibilidade real para os indivíduos proverem as suas necessidades, principalmente diante da inoperância ou mesmo ausência de mecanismos de proteção social que levem em consideração os efeitos sociais recentes dos problemas originados da precarização do trabalho”.

Sobrevivência e relacionamento familiar estão intimamente relacionados, tanto pela divisão das tarefas do sobreviver como pela repercussão do sobreviver nos relacionamentos. Os baixos salários e as péssimas condições de vida colocam a família em condição financeira difícil no âmbito doméstico, de modo que são necessárias alternativas para potencializar seus recursos, seja dividindo despesas, assumindo trabalhos extras, seja distribuindo recursos conforme necessidades mais prementes. Tudo isso afeta consideravelmente o ecossistema familiar, já que a família pode ser vista como unidade de sustentação dos seus membros, um espaço em que as pessoas crescem e se desenvolvem, para satisfazer suas necessidades, em razão das suas interfaces com o microambiente mais próximo (mercado de trabalho, escolas, vizinhos e parentes, instituições sociais, dentre outros) e com o meio ambiente sociocultural, econômico, político, físico, religioso e tecnológico, dentre outros sistemas.

A sociedade, um sistema maior, deve oferecer à família condições necessárias para a sua existência, e, para isso, é preciso que estes sistemas estejam inter-relacionados. Essa relação pode ser entendida ao se observar o comportamento de indicadores econômicos, que se mostrou oscilante ao longo do século XX, bem como de indicadores sociais, que apresentaram importantes, porém tímidas, melhoras. Segundo Furtado (2004), a sociedade como um todo, incluindo as famílias nela inseridas, sofreu os reflexos da evidente opção por medidas que privilegiaram a estabilização da inflação,

haja vista os diversos planos lançados em períodos distintos da história brasileira. Houve melhora no que diz respeito aos indicadores sociais, mas espera-se muito mais para o século XXI, que ainda está em seu início. Isso quer dizer que nem sempre as famílias encontraram na sociedade um ambiente propício para permanecer estável e, em contrapartida, seus membros só fizeram por aumentar os índices de criminalidade, violência, analfabetismo, evasão escolar e tantos outros.

Furtado (2004) alerta também para o risco de haver agravamento da crise social, por causa do alto desemprego, da generalização das estratégias de sobrevivência no limiar da marginalidade (camelôs, perueiros, sacoleiros, barraqueiros etc.), do aumento da criminalidade e da violência. As taxas de desemprego, em algumas metrópoles do Nordeste, como Salvador e Recife, aproximavam-se dos 30%, em virtude do baixo crescimento econômico.

Neste contexto, é interessante mencionar que o governo do Presidente Lula, no início de seu segundo mandato (2007 a 2010), lançou, na segunda quinzena de janeiro de 2007, o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), que trata de um conjunto de regras, compromissos de ação e diretrizes de governo, que objetiva um crescimento econômico de 5% ao ano no período (2007 a 2010), inaugurando uma nova fase na política econômica e recolocando na agenda do País a temática do crescimento até então marcada por ajustes macroeconômicos.

As metas propostas pelo PAC envolvem uma expansão significativa da taxa de investimentos e é uma tentativa de equacionar a questão fundamental que se coloca para a economia brasileira: como acelerar e sustentar o crescimento e, simultaneamente, reduzir a pobreza e a desigualdade social, para preservar a estabilidade de preços e avançando progressivamente no desendividamento do Estado? Esses objetivos, em muitos casos, são contraditórios, e sua compatibilização envolve enorme complexidade. Além disso, o PAC tem algumas debilidades e lacunas que podem comprometer gravemente seus objetivos (COMISSÃO BRASILEIRA DE JUSTIÇA E PAZ, 2007). Dentre elas, vale ressaltar o fato de o consumo das famílias estar crescendo de forma contínua desde meados de 2003, o que contribui, de maneira significativa, para manter aquecida a produção

interna. No entanto, no longo prazo, para que o consumo continue a crescer, é necessário que os investimentos aumentem, e ainda restam dúvidas se o PAC será capaz de atender às expectativas (TEIXEIRA e KAI, 2006).

Assis (2007), escrevendo sobre o PAC, salienta que políticas assistencialistas – consideradas nesse Programa – não são suficientes para atender à população pobre brasileira. O problema não é que elas não sejam necessárias, mas que não são estruturantes do resgate da população pobre. Assim, em face do alto desemprego e subemprego, são necessárias ações comprometidas com a geração de emprego e com a permanência das empresas no mercado. Verifica-se que, somando desemprego absoluto e subemprego, tem-se no mínimo 30% da força de trabalho em metrópoles em situação de total marginalidade.

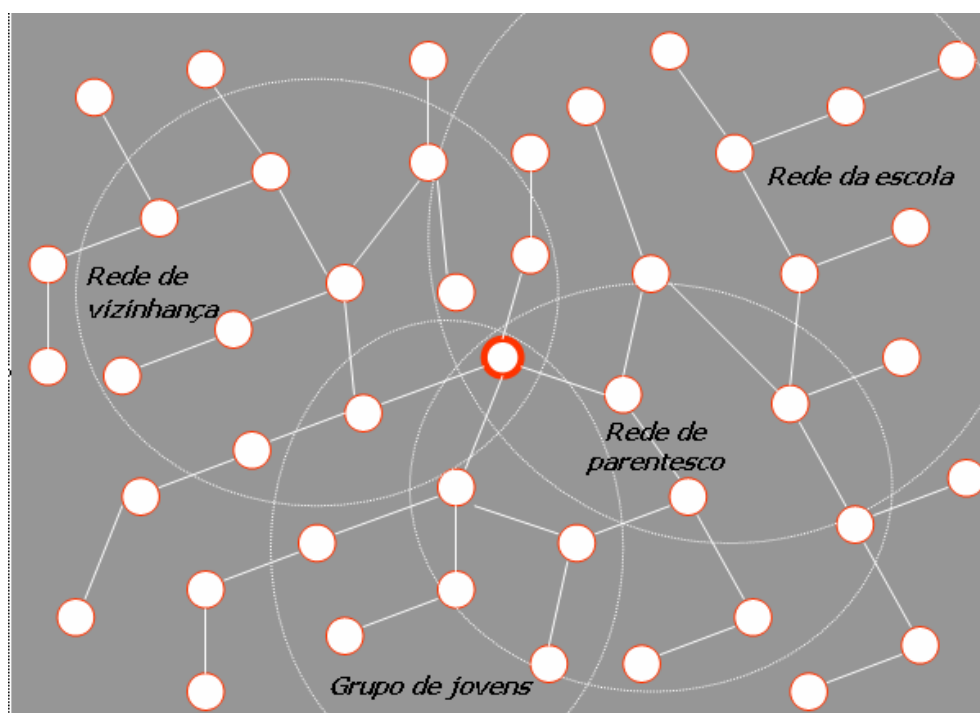
Vale então refletir sobre o fato de que o nível de bem-estar das famílias (ou do ecossistema familiar) depende tanto da distribuição de renda monetária entre familiares quanto da renda em espécie, ou seja, da troca de bens e serviços entre parentes, vizinhos e amigos. Essa troca de bens e serviços, por meio da ajuda mútua, intercâmbio local e esforços cooperativos, dentre outros, tem ocupado espaços onde a economia formal fracassa ou é insuficiente (GAUGHANI e FERMAN, 1987). É, neste ponto, que o conceito de “redes” faz sentido para a promoção do desenvolvimento no âmbito do ecossistema familiar.

De acordo com Amaral (2004), as redes de relações são inerentes às atividades humanas. Ao se pensar no cotidiano, com o foco nas relações que sustentam as rotinas, vê-se emergir conjuntos de redes. Pode-se pensar, então, na teia de relações tecidas na vida escolar, na rede de relações estabelecidas para abastecer a casa, comprar vestimentas, como também na vida profissional. Do mesmo modo, há a rede de afetos. Para esta autora, essas redes se caracterizam por serem espontâneas e derivadas da sociabilidade humana. O que diferencia as redes sociais das redes espontâneas é a intencionalidade nos relacionamentos, os objetivos comuns conscientes, explicitados e compartilhados.

Apesar dessas características especiais, a forma de operar das redes, sociais e espontâneas, traduz princípios semelhantes aos que regem os

sistemas vivos. Assim, um passo importante para entender as dinâmicas próprias do trabalho em rede é conhecer os sistemas vivos, observando como a vida se sustenta e se autoproduz.

Gasparoni (2007) ressalta que cada pessoa é o centro de sua própria rede, que é formada por uma teia de relações composta por familiares, vizinhos, pessoas amigas, conhecidas, relações de trabalho e de estudo, inserções comunitárias e organizações das quais participa (políticas, religiosas, socioculturais), como pode ser visualizado na Figura 1.



Fonte: Gasparoni (2007).

Figura 1 - Modelo de rede de relações

Olivieri (2003) define redes como sistemas organizacionais capazes de reunir indivíduos e instituições, de forma democrática e participativa, em torno de causas afins. Formadas por estruturas flexíveis e estabelecidas horizontalmente, as dinâmicas de trabalho das redes supõem atuações colaborativas e se sustentam pela vontade e afinidade de seus integrantes, caracterizando-se como um significativo recurso organizacional para a estruturação social. Ressalta ainda que a palavra rede é antiga e vem do latim *retis*, que significa o entrelaçamento de fios com aberturas regulares que formam uma espécie de tecido. A partir da noção de entrelaçamento,

malha e estrutura reticulada, a palavra rede ganhou novos significados ao longo dos tempos e passou a ser empregada em diferentes situações.

Rodrigues (2005) observa que é o conhecimento do funcionamento de redes que leva, por exemplo, à iniciativa de mulheres se unirem em grupo com o objetivo de se qualificarem, a fim de produzir e vender produtos que gerem aumento da renda de suas famílias. Essa autora cita o despertar de um grupo em uma comunidade popular localizada no município de Magé (RJ). Essas mulheres, através de mobilização, conseguiram cursos especializados de artesanato e corte e costura, ministrados por entidades do terceiro setor, com o apoio de uma empresa. Além disso, estavam se aperfeiçoando, por meio de contatos com pessoas do entorno que possuíam algum talento produtivo e se dispunham a ensinar. Elas também estavam ensinando outras pessoas da comunidade a confeccionarem os produtos de artesanato e corte e costura que aprenderam a fazer nos cursos de qualificação. Ao mesmo tempo, elas ainda organizavam feiras de artesanato e costura, congregando grupos de outras comunidades do município, além de fazerem parceria com outras pessoas da comunidade que tinham habilidade ou interesse de vender, escoando assim seus produtos, de forma a agregar valor social, além do econômico.

Guarnieri (2005) afirma que se pode definir rede de vários modos. Porém, o mais importante que definir é entendê-la como uma proposta democrática de realização do trabalho coletivo e de circulação do fluxo de informações, elementos essenciais para o processo cotidiano de transformação social.

2.2. Economia Informal

A economia informal pode ser entendida, de acordo com Theodoro (2002), sob três abordagens diferentes, de natureza evolutiva, a saber: técnica, política e subsidiária. A abordagem técnica, com origem em 1970, concebe a informalidade como um reflexo do crescimento econômico industrial acelerado, não acompanhado pela incorporação da crescente força de trabalho no mesmo período. Nesta abordagem, o setor informal poderia

ser absorvido pelo formal, desde que o crescimento econômico se estendesse por um longo período e a informalidade fosse tratada como uma atividade única e exclusivamente marginal.

A abordagem política, introduzida na segunda metade dos anos de 1980, compreende uma das formas de amenizar os problemas que a recessão provocava sobre o mercado de trabalho. Nesse caso, a informalidade não era concebida como um fenômeno passageiro, mas uma estratégia de sobrevivência, uma resposta da força de trabalho à ausência de emprego e de um sistema de seguridade universalizado. Passou a ser vista como algo não transitório e capaz de absorver e reproduzir a força de trabalho e, assim, criaram-se expectativas quanto à definição de políticas públicas direcionadas para o setor informal, já que este era entendido como parte integrante da economia brasileira.

Finalmente, a abordagem subsidiária, que tomou forma no início da década de 1990, depois da campanha promovida contra a fome e a miséria. Neste contexto, o governo federal passou a tomar iniciativas de apoio ao setor informal, concebido como uma alternativa de sobrevivência para a população pobre. Essas iniciativas vinham em forma de programas que tinham como um dos seus princípios básicos o subsídio vinculado ao crédito individualizado. Em síntese:

“... se, na década de 1970, a perspectiva era de que o informal e a pobreza seriam em breve erradicados, nos anos 1980, o informal é visto como um fenômeno intrínseco à sociedade brasileira e, ao mesmo tempo, um aliado na luta pela erradicação da pobreza. Já na visão ensejada na década seguinte, nem o informal nem a pobreza podem ser erradicados; ao contrário, são parte constitutiva de uma realidade econômica e social à qual o Estado, em conjunto com a sociedade organizada, pretende oferecer alguns mecanismos – programas e ações de governo – cujo objetivo principal seria o de reduzir suas seqüelas sociais” (THEODORO, 2002:14).

A natureza complexa do setor informal, de acordo com Pamplona e Romeiro (2002), torna seu conceito motivo de grande controvérsia técnica e acadêmica, em que se identificam duas formas básicas de conceituá-lo. Uma delas identifica o setor como um conjunto de atividades produtivas realizadas fora da lei, porém socialmente lícitas, na qual não considera

fatores de natureza tecnológica, nem tamanho das unidades produtivas e nem interações com os mercados. A outra considera-o como um conjunto de unidades de produção não tipicamente capitalistas no interior do capitalismo, com reduzida ou nenhuma separação entre trabalho e propriedade dos meios de produção e, além disso, o trabalho assalariado não constituía a base do funcionamento dessas unidades. Outra característica diz respeito ao fato de que as unidades produtivas informais não são plenamente capitalistas, porque a taxa de lucro não é a variável-chave de seu funcionamento e, sim, o rendimento total de seu dono. Prioriza-se a manutenção da família, para só depois pensar-se na manutenção do negócio. O principal objetivo dessas pequenas unidades é criar emprego e renda para os envolvidos, sem necessariamente visar a acumulação. Estes autores afirmam ainda que

“...a ilegalidade é uma consequência e não uma causa da economia informal. As unidades informais não são necessariamente criadas para não pagar impostos ou não recolher a contribuição previdenciária. Elas são unidades que podem ter real dificuldade para cumprir as normas, já que seu excedente não seria suficiente para isso sem ameaçar sua própria sobrevivência. A clivagem legal é própria da diferença entre a economia regular e economia subterrânea. Ainda que se sobreponham com frequência, economia informal e economia subterrânea são fenômenos distintos”. (PAMPLONA E ROMEIRO, 2002:5).

A definição de atividade informal para a Organização Internacional do Trabalho (OIT) vem ao encontro da segunda definição apresentada, vista como produção em pequena escala, com baixo nível de organização e quase inexistência de separação entre capital e trabalho. Encontram-se sob este rótulo trabalhadores razoavelmente capitalizados, como proprietários de veículos com acesso a financiamentos; e ambulantes que compram diariamente pequenas quantidades de artigos para vender durante o dia e que são acompanhados de incerteza e insegurança constantes (JAKOBSEN et al., 2000). Nessa situação de pequena produção, a renda familiar incerta é constantemente comprometida e, conseqüentemente, sua qualidade de vida tende a diminuir.

O que se percebe nas abordagens sobre economia informal, de acordo com Silva (1994), é a associação de pobreza à informalidade, sendo esta

entendida como atividade marginal, de pequena importância, tendendo ao desaparecimento e sendo assumidas por unidades econômicas ambulantes, desempregados ou subempregados, com tecnologia atrasada ou rudimentar. Ou seja, há uma caracterização pessimista deste setor produtivo, embora tais características nem sempre sejam constatadas.

Braga (2005) afirma também que, embora o trabalho informal muitas vezes seja caracterizado pela inserção precária, geralmente no comércio ou em atividades do setor de serviços, a informalidade não é obrigatoriamente sinônimo de marginalidade social, exclusão, instabilidade ou pobreza. Pamplona e Romeiro (2002) também enfatizam que a economia informal não é um eufemismo para pobreza, ainda que a maioria dos engajados nela tenda a ser pobre. O que marca o informal é a imensa heterogeneidade, de modo que as pessoas que participam da economia informal não têm igual acesso aos mercados e nem as mesmas dotações de capital técnico e humano. Também há diferenças de renda, perfil ocupacional, condições de trabalho, ressaltando que há trabalhadores no setor informal por escolha e outros por falta de melhor opção.

Dentre as categorias inseridas nas atividades informais, encontram-se o autônomo – indivíduo que presta serviços diretamente ao consumidor, sem intermediação – e o dono de empresa familiar, onde normalmente só trabalham parentes que não recebem remuneração salarial, em que pode haver situações nas quais trabalham um ou dois empregados, de forma permanente e remunerada (JAKOBSEN et al., 2000).

Se por um lado a atividade informal pode propiciar uma renda ao trabalhador ou um incremento na renda e, conseqüentemente, uma melhoria na qualidade de vida das famílias, por outro, essa atividade acarreta resultados prejudiciais para a economia do país como um todo, como é o caso da diminuição na arrecadação de impostos e a falta de contribuição dos trabalhadores para a Previdência Social. Ou seja, o crescimento do setor informal torna-se um problema para o país na medida em que a renda obtida nesta atividade não gera imposto e apenas recentemente passou a ser computada no Produto Interno Bruto – PIB (IBGE, 2007), dada a relevância de sua contribuição para a riqueza gerada no país. Esses impostos não

arrecadados acarretam perda na Receita do Governo, que poderia ser revertida em investimento em infra-estrutura e geração de emprego, para melhorar a distribuição de renda no país e a melhoria na qualidade de vida das famílias como um todo.

Cacciamali (1997) também discute esta questão ao afirmar que um elevado número de pequenos negócios não cumpre ou não pode cumprir as diferentes regulamentações, operando de forma total ou parcialmente ilegal, que traz prejuízo para si e para a coletividade, seja por não poder celebrar contratos mais longos e estáveis e encontrar restrições de crédito, seja por não pagar os tributos, perseguir um padrão de concorrência desleal o mercado e impor custos adicionais à coletividade, desrespeitando normas sanitárias, ecológicas, no uso do trabalho, de padrão de qualidade etc.

Braga (2005) alerta para o fato de que, apesar do esforço empreendido na tentativa de delimitar e definir a natureza do setor informal e suas relações com o conjunto da economia, não existe um acordo sobre o significado e alcance de conceitos propostos, pois há variação de sua composição e magnitude, segundo as diversas correntes teóricas, traduzidas por meio das diferentes formas de mensuração.

Silva e Barbosa (2001), ao discutirem o sentido do trabalho informal na construção de alternativas, acusaram a existência de uma divergência quanto à maneira de interpretar o trabalho informal. Pode-se identificar uma interpretação deste setor como um problema a ser solucionado, tendo em vista a precariedade das unidades e das condições de trabalho, como também pode-se identificar uma interpretação totalmente oposta, em que o trabalho informal é visto de maneira positiva, como uma expressão de resistência dos agentes econômicos, em face das ações regulacionistas do Estado.

Assim, o mercado informal tornou-se uma solução diante da crise econômica e da intervenção governamental na economia, num período marcado pela hegemonia das grandes corporações empresariais, pela fragilização dos órgãos de representação dos trabalhadores e pela fragilização de direitos historicamente conquistados. Apesar de apresentarem essa divergência, esses autores enfatizaram, neste estudo,

que as instituições públicas, privadas e de fomento deveriam deixar de tratar a economia informal como um problema e reconhecer sua existência como um importante desafio para o desenvolvimento socioeconômico do país, por meio de um estudo mais profundo do setor, com devida ordenação legal e a criação de estímulos adequados.

Cardoso et al. (2005) também propõem ações visando assegurar melhorias para o setor e dignificar o trabalho, na medida em que o segmento constitui componente socialmente importante para o desenvolvimento humano, tanto por gerar trabalho e renda quanto por atender, no caso do comércio informal de alimentos, a requerimentos alimentares da população urbana.

Sena (2006) alerta para o fato de que a informalidade na economia traz desafios para o Estado, que deve procurar intervir de modo a estimular o desenvolvimento de atividades produtivas, além de garantir a melhoria das condições de trabalho das pessoas. Desse modo, ao serem formuladas políticas públicas na área do trabalho, o verdadeiro papel que a informalidade desempenha neste mercado deve ser analisado.

O tipo de política pública a ser implementada sofre influência direta da maneira como a economia informal é considerada – um elemento estrutural ou passageiro. As ações de intervenção do Estado podem assumir a forma de políticas ativas ou passivas para o mercado de trabalho, sendo necessário avaliar se essas políticas devem incentivar o desenvolvimento de algumas atividades informais, mantendo-as assim ou se elas devem ser direcionadas somente para o desenvolvimento das atividades formais, de modo a deixar que a própria economia suprima as atividades informais (SENA, 2006).

Silva e Barbosa (2001) também destacam que a maneira como a informalidade é interpretada – com juízos muito diversos a respeito dos atores definidos como informais, suas características, seus limites e possibilidades na construção do desenvolvimento econômico – deve ser considerada na busca de novos caminhos analíticos para a criação de ações adequadas para o setor informal.

Góes (1999) sugere que o controle do estado sobre o setor informal pode ser melhorado por meio de uma legislação mais racional, nem muito branda, nem rigorosa demais e de fácil compreensão entre os usuários. Que a fiscalização deve agir sim, mas de modo mais educativo do que policesco, com seriedade e rigor. Finalmente, que o poder público deve contribuir com estímulos destinados à potencialização da capacidade que o setor informal tem de gerar emprego e renda, bem como dar suporte a ações visando à modernização de seus agentes.

Neste mesmo sentido, Ribeiro (2006) afirma que as migrações para a informalidade econômica alcançaram patamares que levam ao questionamento da validade do ato informal e que o ter a carteira assinada não causa mais efeito de tranquilidade e confiança ao trabalhador, ressaltando que o nível de desemprego ocasionado por fatores socioeconômicos e tecnológicos e pela globalização exercem um impacto que força o cidadão a buscar meios e formas de manter sua subsistência.

Sena (2006) sugere que as políticas voltadas para o setor informal deveriam estar ligadas a uma diminuição da carga fiscal, a fim de que as atividades deste setor pudessem se ajustar mais facilmente às obrigações legais e, ainda, à retirada de entraves econômicos que afetam os empresários informais, com medidas que lhes possibilitem ter maior acesso aos recursos produtivos e novos mercados. Outra alternativa apontada por ela seria a organização do setor informal em cooperativas ou em outra forma que permita combinar vantagens econômicas da operação das atividades informais em grande escala com o emprego massivo de força de trabalho.

Ao tratar das políticas públicas, Sena (2006) afirma que o governo brasileiro desenvolve várias políticas voltadas para a geração de emprego e renda, que promovem mudanças no setor formal que repercutem indiretamente no informal. Porém, não existe uma ação nacional especificamente destinada para o fomento das atividades informais. Há somente algumas ações localizadas, em nível federal, estadual e municipal. Como exemplos, pode-se destacar o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) e, ligados a ele, tem-se o Programa de Geração de Emprego e Renda

(PROGER)⁸, o Programa de Expansão do Emprego e Melhoria da Qualidade de Vida do Trabalhador (PROEMPREGO)⁹ e o Programa Nacional de Qualificação do Trabalhador (PLANFOR)¹⁰. Outros exemplos de políticas voltadas para a geração de emprego e renda, agora em nível municipal, são o Fundo Ver-o-Sol¹¹ e a Central de Trabalhadores Autônomos (CTA)¹², ambos na cidade de Belém.

2.3 - Produção Informal de Alimentos

De acordo com Garcia (1997), a alimentação está envolvida com os mais diversos significados, do âmbito cultural até as experiências pessoais. Nas práticas alimentares, que vão dos procedimentos relacionados à preparação do alimento até o consumo propriamente dito, a subjetividade veiculada inclui a identidade cultural, a condição social, a religião, a memória familiar, a época, que perpassam por esta experiência diária, garantia de sobrevivência.

⁸ O PROGER, instituído em 1994, e visa promover atividades que gerem emprego e renda para a sociedade, por meio de concessão de linhas especiais de crédito para setores com pouco ou nenhum acesso ao sistema financeiro. Destina-se às pessoas que estão trabalhando de maneira informal em pequenos negócios familiares, com possibilidade de ingressar no setor formal da economia; às pessoas que possuem micro e pequenas empresas com capacidade para crescer e às pessoas que fazem parte de cooperativas e associações de produção formadas por micro e pequenos produtores ou de atividades agrícolas de base familiar (SENA, 2006).

⁹ O PROEMPREGO é utilizado para financiamento de projetos de expansão da capacidade produtiva nos subprogramas de transporte coletivo de massa, infra-estrutura para a melhoria da competitividade, saneamento ambiental, infra-estrutura turística e ações para recuperação de segmentos industriais específicos (SENA, 2006).

¹⁰ O PLANFOR tem como meta melhorar a qualificação profissional dos trabalhadores (SENA, 2006).

¹¹ O Fundo Ver-o-Sol é destinado especialmente ao financiamento de microprodutores urbanos e rurais, artesão e pequenos prestadores de serviços, feirantes, locatários de mercados e setor informal. Também fornece empréstimo às cooperativas ou formas associativas de produção ou de trabalho, financiamento de microempresas e empresas de pequeno porte, capacitação e treinamento gerencial de empreendedores econômicos bem como assistência técnica, formação de mão-de-obra de preparação de jovens para o trabalho e fornecimento de aval para as operações que visem à geração de emprego e renda (SENA, 2006).

¹² O CTA tem como objetivo criar uma relação mais freqüente de trabalho para os autônomos agregados ao programa, proporcionando-lhes um aperfeiçoamento profissional (SENA, 2006).

Araújo e Araújo (2007) apresentam um breve histórico sobre o surgimento da comida de rua no Brasil, tendo esta surgido a partir de meados do século XVIII, com o crescimento da população e da economia. Os escravos passaram a ser utilizados nas cidades em funções distintas daquelas a que se haviam dedicado até então. Surge a figura dos escravos de ganho, que eram empregados ou alugados por seus senhores para produzir, vender ou prestar serviços a terceiros. Para complementar o orçamento doméstico de seus senhores, as escravas – principalmente aquelas que moravam em Salvador e Rio de Janeiro – saíam da cozinha para as ruas, levando comidas feitas em casa: eram vendedoras ambulantes, que percorriam as cidades com tabuleiros, vendendo beijus, cuscuzes, bolinhos e outras iguarias.

A proliferação do consumo de alimentos preparados e vendidos nas ruas ocorreu de maneira paralelamente ao empobrecimento da população dos países em desenvolvimento. Notou-se que a pressão socioeconômica acentuou o crescimento do setor ambulante que, culturalmente, já era muito popular, como as barraquinhas de sardinha, em Portugal; as de chás, na Índia; as de crepes, na França; e as de acarajé, cachorro-quente, beiju, churrasquinho, queijo de coalho, tacacá, pastel e frutas, no Brasil (ARAÚJO e ARAÚJO, 2007).

Braga (2004) afirma que os hábitos alimentares fazem parte de um sistema cultural repleto de símbolos, significados e classificações, de modo que nenhum alimento está livre das associações culturais que a sociedade lhes atribui. Nesse caminho, vale dizer que essas associações determinam aquilo que se come e bebe. É possível, ainda, argumentar que a cultura alimentar é constituída pelos hábitos alimentares em um domínio em que a tradição e a inovação têm a mesma importância. Ou seja, a cultura alimentar não diz respeito apenas àquilo que tem raízes históricas, mas, principalmente, aos nossos hábitos cotidianos, que são compostos pelo que é tradicional e pelo que se constitui como novos hábitos.

A questão cultural ajuda a entender os motivos que levam tantos a se dedicarem à venda de alimentos como alternativa para obtenção de renda. Araújo e Araújo (2007) destacam que o aumento do desemprego fez com

que a venda de comida de rua fosse, para muitos brasileiros, a única oportunidade de trabalho, o que explica o elevado contingente de vendedores ambulantes. A limitada oferta de trabalho leva a população a buscar alternativas econômicas como o comércio informal de venda de alimentos. A venda de alimentos nas ruas é uma característica do estilo de vida de países com alto índice de desempregados, baixos salários, oportunidades de emprego limitadas e rápida urbanização.

Por outro lado, para muitos consumidores, a comida de rua constitui-se na melhor forma de alimentar-se fora do lar, principalmente pela praticidade e pelo preço reduzido desses alimentos. O sucesso do comércio ambulante também pode ser atribuído à isenção de impostos, à liberdade de escolha dos alimentos a serem comercializados, à flexibilidade no horário de trabalho e ao baixo capital demandado para a implantação da atividade (ARAÚJO e ARAÚJO, 2007).

A oferta de alimentos, tanto em termos de quantidade como de qualidade, é uma preocupação dos Governos e da sociedade em geral, já que o alimento é o grande responsável pela promoção da saúde, podendo também ser veículo de doenças. Conforme Silva e Campos (2003:65) *“a questão alimentar é um dos mais graves problemas do mundo. Apesar do aumento na produção de alimentos, principalmente a partir da década de 1970, grande parte da humanidade ainda vive em situação de insegurança alimentar”*.

O termo “Segurança Alimentar” diz respeito à *“garantia de acesso regular a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, em condições sociais dignas e em práticas alimentares saudáveis”* (BRASIL, sd); estando diretamente associado ao bem-estar e à qualidade de vida das pessoas. Uma política de segurança alimentar inclui *“quatro esferas integradas de atuação: produção, acesso, consumo e distribuição de alimentos”* (BRASIL, s.d.:s.p.). Um alimento, no entanto, pode parecer saudável e seguro, mas estar contaminado, o que provoca doenças (SILVA e CAMPOS, 2003), as chamadas Doenças Transmitidas por Alimentos (DTAs).

Várias são as medidas adotadas para se garantir que um alimento chegue em quantidade e qualidade satisfatórias até o consumidor. Há uma

legislação rigorosa¹³, que tenta impor procedimentos que devem ser seguidos à risca, com o objetivo de oferecer alimentos seguros. A inspeção nos estabelecimentos ou nos próprios alimentos é muito importante para o controle de qualidade. *“Deve haver uma amostragem sistemática conduzida pelos inspetores de alimentos, como parte de um programa de saúde ambiental, e com a colaboração dos laboratórios responsáveis pelo exame dos alimentos”* (HOBBS E ROBERTS, 1999:284).

Os procedimentos relacionados à segurança alimentar e nutricional estão intimamente ligados à higiene. Hobbs e Roberts (1999) afirmam, ainda, que a higiene dos alimentos é um tópico amplo, uma vez que aborda métodos para produção, preparo e apresentação dos alimentos com segurança e qualidade. A falta de higiene tem custos altos, como a interdição do estabelecimento, pesadas multas e custos legais, inclusive a possibilidade de prisão, pagamento de indenização às vítimas de intoxicação alimentar, epidemia de intoxicações e até mortes, alimentos contaminados e reclamações de clientes e empregados, desperdício de produtos alimentícios, por causa do apodrecimento (HAZELWOOD e MCLEAN, 1994). Andrade e Macedo (1996) enfatizam que uma das conseqüências mais graves da má higienização dos alimentos é a possível ocorrência de doenças, provocadas por bactérias, fungos, vírus, parasitas, agentes químicos e substâncias tóxicas de origem animal ou vegetal, com destaque para as bactérias, responsáveis por cerca de 70% dos surtos e 90% dos casos de doença.

Um ponto extremamente importante a ser ressaltado é a necessidade de os manipuladores de alimentos conhecerem mais a respeito das normas corretas para o seu processamento. Siqueira Junior et al. (2004) comentam que a conscientização daqueles que de uma forma ou de outra trabalham

¹³ Podem-se citar, por exemplo, no âmbito federal, a resolução – RDC nº 12, de 2 de janeiro de 2001, RDC nº 216, de 15 de setembro de 2004, RDC nº 91, de 11 de maio de 2001 e as Portarias: 1428, de 26 de novembro de 1993; 326, de 30 de junho de 1997 e 368 de 04 de setembro de 1997. Para auxiliar no cumprimento destas normas deve ser seguido o APPCC – Análise de Perigos e Pontos Críticos de Controle, O POP – Procedimentos Operacionais Padronizados, o PPHO – Procedimento Padrão de Higiene Operacional e o BPF – Boas Práticas de Fabricação (FOOD DESIGN, 2005).

com alimentos, colabora para evitar ou diminuir o surto de doenças de origem alimentar.

Ainda sobre esta questão, Hobbs e Roberts (1999:289) ressaltam que doenças de origem alimentar ocorrem porque muitas pessoas empregadas nos setores de alimentos são “*desinformadas, negligentes ou economicamente incapazes de desenvolver as práticas seguras*”.

A desinformação, a negligência e a incapacidade econômica são problemas que merecem atenção especial e uma intervenção eficaz. Problemas como esses podem ser encontrados tanto em grandes empresas de alimentos quanto nas pequenas e, particularmente, no setor informal que está cada vez mais presente no Brasil, com destaque na indústria de alimentos, seja como complemento da renda familiar, seja como a única fonte de renda dos envolvidos (SARAIVA, 2003).

Trabalhar a informação sobre segurança alimentar nesse tipo de setor pode contribuir tanto para o melhoramento da qualidade quanto para o rendimento econômico. Souza et al. (1982) destacam que a educação tem um efeito direto sobre a renda daqueles que permanecem no setor informal. Isso quer dizer que o produtor de alimentos do setor informal necessita ainda mais de receber informações no que diz respeito ao processo de produção e comercialização de alimentos, uma vez que pode determinar sua permanência ou não no mercado e, conseqüentemente, determinar sua renda, o que é muito importante para sua qualidade de vida, principalmente em se tratando de uma família.

Não basta, no entanto, que o produtor seja capacitado para produzir e comercializar alimentos com qualidade. Se ele não souber gerir o seu negócio, a chance de permanência num mercado competitivo como esse é pequena. Neste sentido, o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) realiza um trabalho, desde 1972, junto às empresas de pequeno porte, visando seu desenvolvimento sustentável, promovendo cursos de capacitação, facilitando o acesso a serviços financeiros, estimulando a cooperação entre as empresas, organizando feiras e rodadas de negócios e incentivando o desenvolvimento de atividades que contribuem para a geração de emprego e renda (SEBRAE, 2007).

Ainda que o produtor esteja capacitado para produzir um alimento seguro e habilitado para gerir seu próprio negócio, precisa também de orientações sobre contabilidade doméstica, de modo que esteja apto para lidar não só com os imprevistos do mercado, mas com outros fatores psicológicos, sociais e culturais que também influenciam sua tomada de decisão quanto ao uso dos seus recursos, o que tem relação direta com seus valores, sem comprometer ainda mais a sua renda e a satisfação de suas necessidades.

2.4. Teoria de Alocação de Tempo e Teoria das Necessidades Humanas

A Teoria de Alocação de Tempo, discutida por Bryant (1992), considera que a posse e o uso de recursos são fatores que caracterizam o grupo familiar. Dessa forma, a família deve possuir recursos capazes de satisfazer suas necessidades e seus desejos e que, por sua vez, são repartidos entre seus membros.

Outro ponto importante trata-se do fato de que a família deve ter poder de escolha, ou seja, ser capaz de poder decidir, entre os meios alternativos, por aquele que possa melhorar seu nível de bem-estar.

Segundo Bryant (1992), para analisar o comportamento econômico da unidade familiar é necessário o estudo da organização econômica da família, particularmente do tempo do marido e da mulher entre o mercado de trabalho, produção caseira e lazer.

De acordo com o modelo de alocação de tempo proposto por Bryant (1992), a satisfação das famílias é determinada por bens e serviços comprados ou produzidos em casa e pelo tempo de lazer, dispostos em uma função de utilidade, que, por sua vez, é limitada por restrições de tempo, pela tecnologia da produção doméstica e pela renda disponível.

A restrição de tempo diz respeito à soma de todos os possíveis usos desse tempo, representada pela equação:

$$T = M+H+L,$$

em que:

T = restrição de tempo;

M = horas de trabalho assalariado;

H = horas de trabalho dedicadas à produção doméstica; e

L = horas não dedicadas ao trabalho no mercado nem à produção doméstica (horas de lazer).

A produção familiar é limitada pelo tempo disponível e pela tecnologia usada na produção caseira, abrangendo combinações específicas do trabalho de seus membros com outros recursos. Assim, a função de produção familiar enfatiza a relação entre tempo gasto pelos indivíduos no trabalho doméstico e a quantidade de bens produzidos em casa, sendo representada pela equação:

$$G = g(H;X),$$

em que:

G = bens e serviços produzidos pela família;

H = horas de trabalho dedicadas à produção doméstica; e

X = quantidade de bens e serviços que a família combina com as horas de trabalho para obter a produção caseira.

Chama-se atenção para o fato de que o sinal (;) na equação indica que o número de horas dedicadas à produção doméstica pode ser alterado a qualquer momento, mas a quantidade de recursos (bens e serviços), como equipamentos, móveis e características da moradia, não pode ser alterada a curto prazo. Tais recursos determinam, parcialmente, a relação técnica entre o tempo gasto na produção caseira e os bens e serviços dela resultantes.

Sobre a restrição de renda, de acordo com a Teoria de Alocação de Tempo, pode-se representá-la pela equação:

$$Y = E + V,$$

em que:

Y = renda da família;

E = ganhos do emprego ou salário; e

V = renda de outras fontes, como aluguéis, juros de poupança, transferências familiares, aposentadoria, pensão e renda do setor informal, dentre outros.

Com o auxílio dessa teoria pode-se compreender como as famílias inseridas no setor informal utilizam seu tempo e seus recursos para se organizarem economicamente e o porquê da opção por esse tipo de atividade como forma de satisfação, seja pela possibilidade de consumo, de produção ou de lazer.

A Teoria das Necessidades Humanas ou Teoria de Maslow é conhecida como uma das mais importantes teorias de motivação. Segundo essa teoria, as necessidades dos seres humanos obedecem a uma hierarquia ou escala de valores a serem transpostos (Figura 2), significando que no momento em que o indivíduo satisfaz uma necessidade, surge outra em seu lugar, exigindo sempre que as pessoas busquem meios para satisfazê-la.

Segundo Maslow, citado por Serrano (2000), as necessidades humanas básicas, em ordem hierárquica, são as seguintes:

Necessidades fisiológicas: são necessidades básicas para a sustentação da própria vida, como comida, abrigo, sono, sexo. Constituem a sobrevivência do indivíduo e a preservação da espécie.

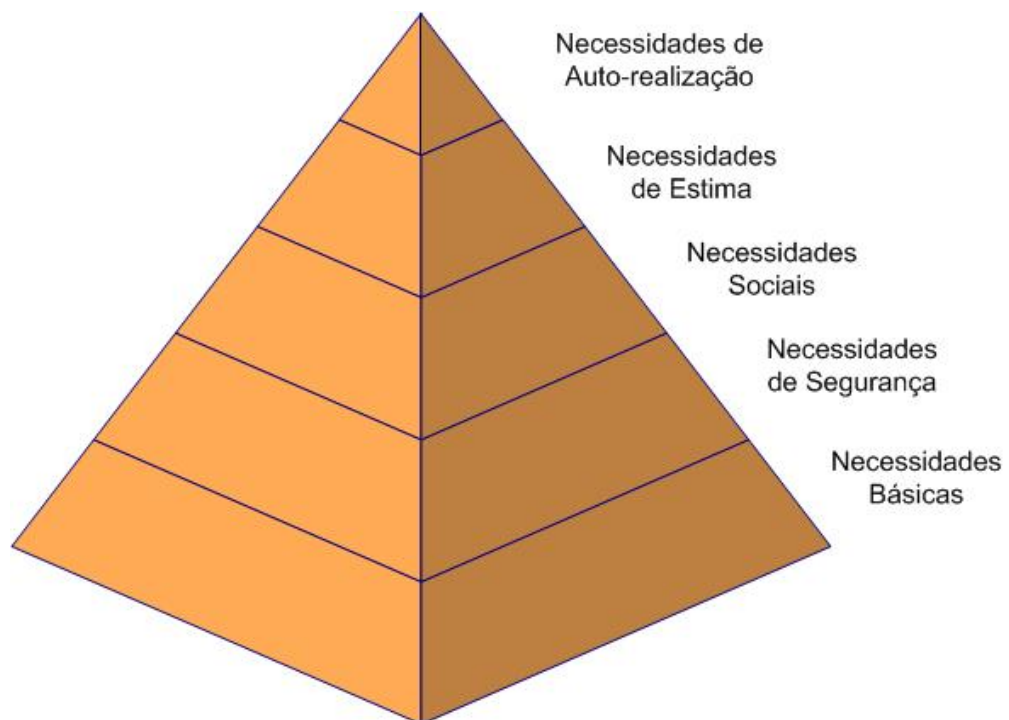
Necessidades de segurança: são necessidades de estar livre do perigo físico e psicológico como o medo da perda do emprego, do abrigo, da sustentabilidade. Constituem a busca de proteção contra a ameaça ou privação, a fuga e o perigo.

Necessidades de afiliação ou aceitação: por serem seres sociais, as pessoas têm necessidade de se sentirem aceitas, pertencentes a um grupo. As necessidades sociais incluem a necessidade de associação, de participação, de aceitação pelos companheiros, de troca de amizade, de afeto e amor.

Necessidades de estima: uma vez satisfeita a necessidade de afiliação, as pessoas passam a sentir necessidade de serem estimadas, respeitadas pelos outros. Passam a sentir necessidade de poder, prestígio,

status. Envolve a auto-apreciação, a autoconfiança, a necessidade de aprovação social e de respeito, além de desejo de força, de adequação e de confiança perante o mundo.

Necessidade de auto-realização: segundo Maslow, esta é a mais alta necessidade em sua hierarquia. É o desejo de tornar-se aquilo que a pessoa é capaz, de maximizar seu potencial, realizar tudo que seja possível e de auto desenvolver-se continuamente (SERRANO, 2000).



Fonte: Adaptado de Maximiano (2004, p 288).

Figura 2 - Pirâmide de necessidades de Maslow

De acordo com Maslow apud Maximiano (2004), para a Teoria das Necessidades Humanas são validas as seguintes premissas:

- As necessidades básicas manifestam-se em primeiro lugar, e as pessoas procuram satisfazê-las antes de se preocuparem com as de nível mais elevado.
- Uma necessidade de uma categoria qualquer precisa se atendida antes que a necessidade de uma categoria seguinte se manifeste.
- Uma vez atendida, a necessidade perde sua força motivadora, e a pessoa passa a ser motivada pela ordem seguinte de necessidades.

- Quanto mais elevado o nível das necessidades, mais saudável a pessoa é.

- O comportamento irresponsável é sintoma da privação de necessidades sociais e de estima. O comportamento negativo é consequência de má administração.

- Há técnicas de administração que satisfazem às necessidades fisiológicas, de segurança e sociais. Pode-se trabalhar a fim de possibilitar que as outras sejam satisfatoriamente atendidas.

Maximiano (2004) ressalta que uma necessidade, ou um grupo de necessidades, pode ser predominante nos motivos internos de uma pessoa, devido a fatores como idade, meio social ou personalidade.

Chiavenato (2000), por sua vez, enfatiza que a Teoria das Necessidades Humanas de Maslow se baseia nos seguintes aspectos:

- Quando uma necessidade é satisfeita, ela deixa de ser motivadora de comportamento, e dá oportunidade para que um nível mais elevado de necessidade possa de manifestar.

- Nem todas as pessoas conseguem chegar ao topo da pirâmide de necessidades.

- Quando as necessidades mais baixas estão satisfeitas, as necessidades localizadas nos níveis mais elevados passam a dominar o comportamento. No entanto, quando alguma necessidade de nível mais baixo deixa de ser satisfeita, ela volta a predominar no comportamento do nível inferior.

- Cada pessoa possui mais de uma motivação e todos os níveis de motivação atuam conjuntamente no organismo. Toda necessidade está relacionada com o estado de satisfação ou insatisfação de outras necessidades e seu efeito sobre o organismo é sempre global e conjunto, nunca isolado.

- O comportamento motivado funciona como um canal pelo qual muitas necessidades podem ser expressas ou satisfeitas.

- A frustração da satisfação de certas necessidades passa a se considerada ameaça psicológica. Essa ameaça produz as reações gerais de emergência no comportamento humano.

Giglio (2005, p. 41), ao escrever sobre a Teoria de Maslow, alerta para o fato de que as necessidades, apresentadas em níveis, não constituem *“uma escada que o sujeito sobe conforme a vida passa. Os níveis são independentes uns dos outros, e a predominância de um ou outro é dada por uma valoração da pessoa”*.

Por ser bem estruturada e oferecer um esquema orientador e útil, esta teoria possibilita analisar os motivos que levaram as famílias a se inserirem no mercado informal; motivos esses que podem ser explicados pelas necessidades apresentadas ao longo da escala proposta por Maslow, tendo em vista não somente a questão financeira para a satisfação das necessidades básicas, mas também a possibilidade de satisfação de necessidades psicossociais.

3 METODOLOGIA

Para alcançar os objetivos delineados propôs-se uma abordagem quantitativa, com vistas a obter características do evento estudado. Segundo Roesch (2005), o enfoque quantitativo implica medir relações entre variáveis (associação ou causa-efeito). Essa abordagem visa descobrir quantas pessoas de determinada população compartilham uma característica ou um grupo de características. Ela é especialmente projetada para gerar medidas confiáveis que permitam uma análise estatística. Para tanto, nessa pesquisa, utilizou-se da análise tabular e da análise de correlação entre variáveis para verificar as relações existentes na população pesquisada.

A natureza dessa pesquisa é descritiva-explicativa, o que possibilita descobrir a distribuição de certos traços e atributos da população, bem como fazer asserções explicativas sobre o seu comportamento (BABBIE, 2003). De acordo com Appolinário (2006), a pesquisa descritiva expõe as características de determinada população ou fenômeno, estabelece correlações entre variáveis e define sua natureza; já a pesquisa explicativa, além de registrar, analisar e interpretar os fenômenos estudados, tem como preocupação primordial identificar os fatores que determinam ou que contribuem para a ocorrência dos fenômenos, isto é, suas causas.

3.1 – Local de Estudo

O local escolhido para realização desta pesquisa foi a cidade de Viçosa, localizada na Zona da Mata mineira, constituída por uma população de 74.607 habitantes (IBGE, 2007). O perímetro urbano da cidade, conforme o Censo Empresarial realizado em novembro de 2003, conta com 2.213 empresas formais e informais, das quais 163 eram do setor industrial, 1.112 do setor comercial e 934 do setor de serviços (CRUZ et al., 2004). A Prefeitura Municipal de Viçosa disponibilizou dados coletados pelo Centro de Promoção de Desenvolvimento Sustentável (CENSUS), no ano de 2003, mostrando que 64,3% das empresas urbanas da cidade eram formais e 35,7% informais (PREFEITURA MUNICIPAL DE VIÇOSA, 2007).

A população residente em Viçosa, considerada economicamente ativa, ou seja, com 10 anos ou mais de idade, correspondia a 56,2% do total, de acordo com o último Censo realizado em 2000, perfazendo um total de 26.853 pessoas ocupadas, classificadas por posição na ocupação e categoria de emprego no trabalho principal. O resultado mostrou que 78,7% eram empregados – sendo 42,3% com carteira de trabalho assinada, 27,8% sem carteira de trabalho assinada e 8,6% funcionários públicos estatutários – e 21,3% faziam parte das outras categorias - 3,5% eram empregadores, 16,5% eram trabalhadores autônomos, 0,9% tinha trabalho não remunerado no domicílio e 21,3% produziam para o autoconsumo (CRUZ, et al., 2004).

A cidade também conta com o Sistema Nacional de Emprego – SINE, um serviço gratuito que visa melhorar as condições de acesso, permanência ou retorno do trabalhador ao mercado de trabalho, além de prestar assessoria às empresas interessadas na contratação de trabalhadores (SINE, 2007). De acordo com os últimos relatórios do SINE de Viçosa, em 2006 houve 785 inscrições, com 23 encaminhamentos e, de janeiro a maio de 2007, já estavam inscritas 292 pessoas. Estes dados, no entanto, não são precisos para indicar o número de pessoas desempregadas na cidade, visto que nem todos se inscrevem neste serviço, e aqueles que se inscrevem nem sempre informam quando conseguem emprego, no caso de não terem sido encaminhadas pelo SINE. Além disso, podem se inscrever pessoas que

estejam trabalhando, o que contribui ainda mais para a imprecisão dos dados.

3.2. População e Amostra

A população foi constituída de famílias do meio urbano da cidade de Viçosa-MG, inseridas no comércio informal de alimentos. A amostra, constituída por 35 entrevistados, foi obtida por meio de entrevista com as famílias que comercializavam alimentos processados na feira de artesanatos e na feira livre da cidade (Apêndice). A partir das feiras, procurou-se conhecer outras famílias envolvidas, utilizando a técnica “bola de neve”, devido à dificuldade em ter acesso a essas famílias, considerando-se o número expressivo e a própria característica da informalidade, que faz com que muitas dessas famílias vendam seus produtos em suas próprias casas. Detalhadamente, foram 5 entrevistados na feira de artesanatos, 12 na feira livre e 18 pela técnica da “bola de neve”.

A técnica da “bola de neve” tem como característica o fato de um sujeito, selecionado de forma intencional ou de acordo com a conveniência do pesquisador, indicar outro indivíduo para integrar a amostra (APPOLINÁRIO, 2006). Assim, essa técnica permite estudar pessoas que interagem umas com as outras, o que é teoricamente relevante, devido ao fato de muitas teorias das ciências sociais enfatizarem o impacto dessa interação sobre o comportamento dos indivíduos. Uma das desvantagens dessa técnica, no entanto, é que, ao usá-la, corre-se o risco de deixar de lado aquelas pessoas relativamente isoladas (MONETTE et al., 1989).

O tamanho da amostra foi determinado pelo ponto de saturação atingido quando os novos entrevistados começam a repetir as respostas já obtidas nas entrevistas anteriores, sem acrescentarem informações relevantes (BABBIE, 2003).

3.3. Variáveis Envolvidas no Estudo

Para o alcance dos objetivos propostos, foram consideradas as seguintes variáveis:

Perfil socioeconômico e demográfico do entrevistado e sua família. O perfil pessoal do produtor de alimentos do mercado informal foi dimensionado por **idade** em anos, **sexo** (masculino/feminino), **grau de escolaridade**, ou seja, ensino fundamental incompleto, ensino fundamental completo, ensino médio incompleto, ensino médio completo, superior incompleto, superior completo. Quanto ao perfil familiar, procurou-se identificar: **tamanho da família**, em números de membros residentes no domicílio do entrevistado; **tipo de família**, caracterizada como nuclear (pai, mãe e filhos), monoparental (pai ou mãe e filhos), extensa (pai, mãe, filhos e outros parentes), composta (pai, mãe e outros membros não-familiares); **ciclo de vida**, com base nas fases de formação (casal sem filhos ou com filhos menores de 12 anos), intermediária ou de maturação (casal com filhos adolescentes maiores de 12 anos), e dispersão (casal acima de 50 anos com filhos adultos e parte deles fora de casa); **renda familiar**, medida em reais, sendo esta considerada o somatório da renda de todos os membros da família.

Alimentos vendidos no mercado informal - lista de alimentos oferecida pelos produtores.

Ocorrência de treinamentos, quanto a manipulação de alimentos, gestão de negócios, orçamento doméstico e outros;

Fatores que levaram à dedicação a esse tipo de atividade (motivação), com relação a principal fonte de renda, incremento da renda, lazer, realização pessoal, status, outros.

Identificação das Redes Sociais envolvidas na atividade informal, considerando o tipo de redes existentes (familiares, comunitárias, institucionais), e quais as funções exercidas na atividade.

Valor econômico dessa atividade, dimensionado por **renda obtida nesta atividade**, mensalmente, medida em reais, em termos de salários mínimos (menos de um salário mínimo, entre um e três salários mínimos,

entre três e cinco salários mínimos e mais de cinco salários mínimos); **ocupação**, verificando se a atividade informal era a principal atividade desenvolvida pela família; **satisfação com a atividade informal**, medida pela Escala de Likert (insatisfeito, satisfeito, muito satisfeito, indiferente); além da **influência da atividade informal na vida das pessoas**, ressaltando-se as mudanças ocorridas na organização econômica e no ecossistema familiar em face da entrada no comércio informal de alimentos.

3.4. Procedimento para Coleta e Análise dos Dados

Para coletar as informações utilizou-se um questionário, contendo questões abertas e fechadas (Apêndices), para auxiliar nas entrevistas conduzidas pela própria pesquisadora. O primeiro local escolhido para a realização das entrevistas foi a Feira de Artesanato, que acontece aos sábados na praça Silviano Brandão, centro da cidade. Neste local, foi possível entrevistar todos os vendedores de alimentos que lá estavam com suas barraczinhas e se enquadravam no perfil estabelecido para a pesquisa.

O segundo local de coleta de dados foi a Feira Livre da cidade, que acontece também aos sábados, na Avenida Santa Rita. Devido ao maior número de barracas e ao movimento intenso de consumidores, não foi possível coletar os dados em um só dia, sendo necessário retornar ao local três vezes.

Realizadas estas coletas, passou-se então a contactar as pessoas indicadas pelos vendedores já entrevistados. O contato foi feito por telefone e por visita às respectivas residências. As entrevistas, em sua maioria, foram feitas na casa do entrevistado, mas, algumas vezes foram realizadas por telefone.

A seguir, passou-se para o processo de sistematização dos dados. Realizaram-se a codificação, digitação e sistematização dos dados, com o auxílio do Statistical Package for Social Sciences (SPSS).

IV - RESULTADOS E DISCUSSÃO

Procurou-se apresentar e discutir, nesta seção, os resultados desta pesquisa de acordo com os objetivos propostos. Primeiramente foi traçado o perfil socioeconômico e demográfico dos produtores de alimentos inseridos no setor informal e suas respectivas famílias. Logo após, foram apresentados os tipos de alimentos fornecidos pelo mercado informal de Viçosa, no meio urbano. A seguir, comentou-se sobre a participação dos produtores em treinamentos relacionados à higiene e manipulação de alimentos, gestão de negócio, ao orçamento doméstico e outros. A análise dos fatores que levaram essas famílias a se dedicarem a esse tipo de atividade foi exposta em seqüência, seguida da identificação e análise da participação dos membros da família e de outras redes de apoio nas tarefas realizadas. Por fim, foram analisados o valor econômico e as implicações da atividade informal na vida do produtor e do ecossistema familiar.

4.1. Perfil Socioeconômico e Demográfico dos Produtores de Alimentos Inseridos no Setor Informal

No que diz respeito ao perfil socioeconômico e demográfico dos produtores, em termos pessoais e familiares, verificou-se, conforme Tabela 1, que mais de 40,0% dos respondentes se encontravam na faixa etária dos 46 aos 55 anos, sendo a maioria do sexo feminino (85,7%). Do total

consultado quanto ao grau de escolaridade, averiguou-se que 37,1% não haviam completado o ensino fundamental.

Tabela 1 - Perfil Socioeconômico e Demográfico dos Entrevistados – Viçosa, MG - 2007

Características dos Entrevistados	Frequência	(%)
Faixa Etária		
Entre 15 e 25 anos	4	11,4
Entre 25 e 45 anos	12	34,3
Entre 46 e 55 anos	15	42,8
Entre 56 e 65 anos	3	8,6
Mais de 65 anos	1	2,9
Sexo		
Masculino	5	14,3
Feminino	35	85,7
Grau de Escolaridade		
Ensino fundamental incompleto	13	37,1
Ensino fundamental completo	5	14,3
Ensino médio incompleto	4	11,4
Ensino médio completo	9	25,7
Superior incompleto	1	2,9
Superior completo	3	8,6
Tipo de Família		
Nuclear	18	57,1
Monoparental	6	17,1
Extensa	8	22,9
Composta	1	2,9
Ciclo Familiar		
Formação	7	20,0
Intermediária	15	42,9
Dispersão	13	37,1
Número de Pessoas por Domicílio		
2 a 4	27	77,1
5 a 7	7	20,0
8 a 10	1	2,9
Renda Mensal		
1-2 salários mínimos	6	17,1
2-3 salários mínimos	14	40,0
3-4 salários mínimos	7	20,0
4-5 salários mínimos	2	5,7
5-6 salários mínimos	3	8,6
Mais de 6 salários mínimos	3	8,6

Fonte: Dados da pesquisa.

Este resultado vem ao encontro ao que Silva e Barbosa (2001) ressaltaram em seus estudos sobre o trabalho informal no Rio de Janeiro, quanto á preponderância de indivíduos com mais de 40 anos no setor informal. A explicação para esse resultado está relacionada ao fato de que o avançar da idade pode ser visto como um fator limitante para o retorno ao setor formal uma vez excluído. Além do mais, o domínio de uma experiência profissional permite a criação de meios autônomos de sobrevivência, favorecendo sua permanência na atividade.

Da mesma forma, Cardoso et al. (2005) observaram a inserção de indivíduos classificados na faixa etária dos economicamente ativos no comércio informal de alimentos. Nessa pesquisa, a média de idade encontrada entre os entrevistados foi de 37,2 anos, numa amplitude de 14 a 80 anos, explicada também pela redução da oferta de trabalho na economia formal. No que diz respeito ao grau de escolaridade, novamente os resultados encontrados nos dois estados (Rio de Janeiro e Bahia) foram similares, tendo predominado o baixo nível educacional, uma vez que a maioria dos entrevistados possuía somente o ensino fundamental incompleto (CARDOSO et al., 2005). Tal resultado não difere daquele encontrado pelas pesquisas do IBGE (2003), sobre a economia informal urbana, as quais revelaram que o nível de instrução preponderante para ambos os sexos nesse setor de trabalho era o ensino fundamental incompleto.

Outro resultado relevante, como constatado em evidências empíricas, foi a expressiva participação das mulheres neste mercado, o que pode ser esclarecido pelo fato de a produção informal permitir que elas cuidem dos filhos e dos afazeres domésticos, além de contribuírem de forma significativa para o incremento salarial. Afora isso, o cuidado com a alimentação é uma atividade predominantemente feminina, principalmente no âmbito doméstico; as mulheres, por se envolverem mais nesta atividade, têm mais habilidade para executá-la. Estudos da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO), citada por Lopes (2007), mostram que as mulheres são responsáveis pela maioria da produção de alimentos no planeta e, por isso, os países são orientados a desenvolverem políticas, por

exemplo, de geração de emprego e renda, que beneficiem diretamente as mulheres, principalmente no que se refere à produção de alimentos.

Hoffmann e Leone (2004), ao pesquisarem sobre a participação das mulheres no mercado de trabalho, chamaram a atenção para o fato de que as ocupações menos valorizadas culturalmente e tradicionalmente femininas deste mercado continuaram se reproduzindo, por exemplo, o emprego doméstico, que envolve, dentre outras atividades, o cuidado com a alimentação. Eles afirmaram ainda que o problema da maior proporção de mulheres na informalidade é agravado por estarem elas desprotegidas de qualquer regulamentação que lhes garanta importantes direitos sociais, como carteira de trabalho assinada, licença-maternidade e acesso à creche.

Souza (2005), ao analisar a família contemporânea, considerou que a crescente participação do sexo feminino na força de trabalho, em consequência das dificuldades econômicas, foi uma das transformações mais significativas na vida familiar. Montali (2000), em seu estudo sobre família e trabalho, alertou que, por não ser possível a substituição pura e simples dos diferentes componentes da família em sua inserção no mercado de trabalho, tendo em vista que cada um possui características de gênero, idade e papéis familiares distintos, os rearranjos familiares estabelecidos para o enfrentamento do desemprego dificilmente possibilitam ao grupo familiar reproduzir ou manter nos mesmos níveis suas condições de existência.

É interessante notar que, na pesquisa do IBGE (2003), o sexo masculino predominou na maior parte dos grupos de atividade analisados¹⁴. Tal divergência em relação aos resultados deste trabalho pode ser explicada pelo fato de o IBGE considerar todos os tipos de trabalho informal nas regiões estudadas. Há que se fazer uma importante ressalva neste estudo: o comércio informal de alimentos está intimamente ligado ao âmbito doméstico, ficando suas atividades mais ligadas às mulheres, o que explica o resultado aqui encontrado.

¹⁴ Os grupos de atividades foram divididos em indústria de transformação e extrativa; construção civil; comércio e reparação; serviços de alojamento e alimentação; transporte, armazenagem e comunicações; atividades imobiliárias, aluguéis e serviços prestados às empresas; educação, saúde e serviços sociais; outros serviços coletivos, sociais e pessoais; outras atividades; e atividades mal definidas (IBGE, 2003).

A família do tipo nuclear, com a presença de pais e filhos no domicílio foi citada pela maioria dos entrevistados (51,4%). O ciclo intermediário ou de maturação, caracterizado pela presença de filhos adolescentes maiores de 12 anos no domicílio (42,9%). Isso indica que há predominância, para a amostra estudada, da família tradicional, constituída de pai, mãe e filhos. Este resultado é condizente com o estudo de Klein e Rones (1989) apud Silva (1995), que afirmaram que o desemprego ou o emprego em tempo parcial, a composição familiar e os baixos salários exercem influência crítica no *status* econômico familiar ou individual. Dentre os grupos que sofrem maior risco de pobreza, destacam-se as famílias mantidas por mulheres não-casadas e os indivíduos com baixo nível de escolaridade. A presença de filhos em idade escolar na maioria das famílias analisadas aumenta a demanda sobre o orçamento familiar.

Durante as entrevistas constatou-se também que quando a atividade informal não era uma das principais fontes de renda, como é o caso prevalecte nas unidades monoparentais, esta vinha do trabalho e/ou da aposentadoria do cônjuge (Tabela 2). Por vezes, os entrevistados indicaram que consideravam de igual importância tanto uma quanto a outra, no que diz respeito à contribuição para a renda familiar.

Tabela 2 - Relação entre Tipo de Família e a Principal Fonte de Renda – Viçosa, MG – 2007*

Tipo de Família (%)	Principal Fonte de Renda Atual (%)				
	Trabalho Informal	Trabalho do Cônjuge	Pensão	Aposentadoria do Cônjuge	Outros
Nuclear	44,4	44,4	0,0	5,6	5,6
Monoparental	66,7	16,7	16,7	0,0	0,0
Extensa	37,5	50,0	0,0	12,5	0,0
Composta	0,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Casal sem filhos	100,0	0,0	0,0	0,0	0,0

Fonte: Dados de pesquisa.

*Os valores da Tabela 2 baseiam-se no total de respondentes para cada variável.

Finalizando, no que diz respeito ao perfil dos entrevistados, verificou-se, como apresentado na Tabela 1, que em 77,1% dos domicílios, o número

de membros ficou entre duas e quatro pessoas, enquanto a renda familiar mensal ficou entre um e três salários mínimos, para 57,1% dos respondentes. Observou-se que o número de membros por domicílio é relativamente baixo, o que favorece maior renda *per capita*. No entanto, há que se considerar que a renda mensal dessas famílias é baixa, principalmente ao levar em conta que parte dessa renda é destinada à compra de alimentos e materiais necessários para a fabricação dos produtos que comercializavam. Convém salientar que esta renda é um dos fatores que limitam a satisfação das necessidades das famílias, conforme o modelo de alocação de tempo proposto por Bryant (1992).

Um reduzido número de entrevistados (8,6%) declarou uma renda mensal relativamente alta, de mais de seis salários mínimos. Este contraste também foi encontrado na pesquisa de Cardoso et al (2005), cujos resultados apontaram a existência de grande número de vendedores com salários baixos e um pequeno número com renda acima de cinco salários mínimos.

Importante ressaltar ainda que, durante as entrevistas, notou-se que, em duas residências houve adaptação da casa para melhorar o desempenho dessa atividade e atender, de certa forma, às normas da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) para produção e comercialização de alimentos. Observou-se a construção (ou expansão) da cozinha, com bancadas de inox e telas nas janelas, e também a troca de tábuas de madeira por plástico, facilitando a higienização. Entretanto, para a maioria dos entrevistados, a atividade adequou-se aos recursos que tinham em casa, sem mudanças significativas.

4.2. Identificação dos Tipos de Alimentos Produzidos e Comercializados no Mercado Informal Urbano de Viçosa, MG

Ao analisar os tipos de alimentos produzidos e comercializados no mercado informal de Viçosa levou-se em consideração a freqüência com que determinado alimento foi citado por todos os entrevistados (Tabela 3).

Tabela 3 - Tipos de Alimentos Produzidos e Comercializados no Mercado Informal Urbano de Viçosa, MG - 2007

Alimentos	Freqüência*
Salgado	13
Doce	9
Bolo	7
Biscoito	4
Pão	3
Massa para pastel	3
Almoço**	2
Chup-chup	2
Bombom	2
Caldo de cana	2
Farinha	1
Suco natural	1
Torta	1
<i>Buffet</i> ***	1
Cachorro-quente	1
Conserva	1
Licor	1
Capa de canudo	1
Carne assada	1
Pizza	1

Fonte: Dados da pesquisa.

* *Alguns entrevistados produziam mais de um tipo de alimento.*

** *Arroz, feijão, carne, saladas etc.*

*** *Salgados, bebidas, carnes etc.*

Esses alimentos são tradicionais na cidade e consumidos por grande número de pessoas. A maior parte desses alimentos é vendida por encomenda. Há também aqueles que dependem da contratação de serviço (como é o caso do almoço e do *buffet*) e, ainda, os que são comercializados na feira ou deixados em outros pontos de venda da cidade. Esta realidade condiz com os dados obtidos do IBGE (2003), segundo os quais mais de dois milhões de empresas do setor informal trabalham por encomenda ou subcontrato e, destes, mais de cinquenta mil dedicam-se a serviços de alojamento e alimentação.

A grande demanda por esses tipos de alimentos pode estar relacionada ao que Araújo e Araújo (2007) afirmam sobre esse mercado, ao reforçarem a idéia de que para muitos consumidores a comida de rua constitui-se na melhor forma de alimentar-se fora do lar, principalmente pela praticidade e pelo preço reduzido desses alimentos. Afirmam, ainda, que o sucesso do comércio ambulante também pode ser atribuído à isenção de impostos, à liberdade de escolha dos alimentos a serem comercializados, à flexibilidade no horário de trabalho e ao baixo capital demandado para a implantação da atividade.

A tecnologia usada na produção caseira, de acordo com a Teoria de Alocação do Tempo, apresentada por Bryant (1992), tem relação direta com os recursos que a família dispõe. Assim, para realizar a atividade informal, a tecnologia utilizada depende dos recursos encontrados no âmbito familiar, particularmente no ambiente da cozinha (utensílios domésticos, pia, bancadas, vasilhas para a produção dos alimentos, bem como água e outros produtos que constituem a matéria-prima e que são adquiridos fora do âmbito doméstico).

4.3. Participação em Treinamentos

Verificou-se que do total de respondentes, apenas 34,3% dos entrevistados participaram de algum tipo de treinamento. Destes, 28,6% citaram cursos de higiene e manipulação de alimentos e 5,7% outros cursos, como confecção de bolo e confeitaria.

Alguns entrevistados relataram que desconheciam a existência de treinamentos como esses na cidade e, por isso, não participavam, mas tinham interesse em participar, caso lhes fossem oferecidos. Em alguns casos, também reforçaram que foram suas habilidades pessoais que permitiram entrar e permanecer nesta atividade, dando a entender que não precisavam de treinamentos para fazer o que fazem.

Este dado revela um entrave para a eficiência do trabalho informal e para uma possível formalização. A falta de conhecimentos específicos sobre higiene e manipulação de alimentos, gestão de negócios e orçamento

doméstico sinaliza que os produtores não estão devidamente preparados para atuar no mercado e contam apenas com suas habilidades pessoais, o que é um indicativo da situação de “conformidade”, em face das limitações pessoais (baixo nível de escolaridade) e restrições de mercado.

Semelhantes resultados foram encontrados por Cardoso et al. (2005) e pelo IBGE (2003). No primeiro, a maior parte dos entrevistados, residentes em Salvador, relatou nunca terem participado de qualquer atividade de capacitação sobre higiene e manipulação de alimentos. A pesquisa do IBGE mostrou que apenas 20% dos proprietários de pequenas empresas informais freqüentaram ou estavam freqüentando algum curso de formação profissional. Os motivos para a participação ou não-participação nos cursos não foram relatados nesses estudos.

Os três tipos de treinamentos citados (higiene e manipulação de alimentos, gestão de negócios e orçamento doméstico) são particularmente importantes para o bom êxito familiar e empresarial no ramo de produção de alimentos.

Um curso de capacitação em higiene e manipulação de alimentos aborda temas voltados para o modo correto de realizar o pré-preparo, preparo e armazenamento dos alimentos, técnicas para uma correta higienização e diminuição dos riscos de contaminação nos alimentos preparados. Além disso, os produtores informais de alimento seriam capazes de adaptar os recursos domésticos que dispõem ao processo adequado de manipulação dos alimentos, melhorando consideravelmente suas chances de continuarem nessa atividade com a permissão da fiscalização local.

Durante a coleta de dados, uma entrevistada relatou que seus conhecimentos sobre higiene e manipulação de alimentos, adquiridos em treinamentos, fizeram com que ela adaptasse sua casa para preparar os alimentos que vende e, quando o fiscal da Prefeitura chegou à sua casa (por denúncia), sugeriu apenas poucas modificações, que ela já sabia que teria que fazer e só não tinha feito ainda por motivos financeiros.

O curso de gestão de negócios pode ajudar as famílias a administrar melhor a atividade que desempenha, contribuindo para a minimização de prejuízos e auxiliando na obtenção de melhor retorno financeiro.

A necessidade de um curso como esse foi comprovada durante a coleta de dados, quando uma entrevistada, ao falar sobre o seu modo de lidar com clientes, contou que vende para mensalistas, ou seja, clientes que, por consumirem diariamente seus produtos, têm um desconto no preço do quilo do alimento. No entanto, ela não cobra antecipado e isso tem lhe dado prejuízo, considerando que alguns clientes, que se consideram mensalistas, não consomem freqüentemente seus produtos, e, ainda assim, querem pagar um preço mais barato, alegando que esse era o combinado.

Vale ressaltar que nenhum dos entrevistados disse ter participado de algum treinamento relacionado à gestão de negócios e orçamento doméstico. Talvez por isso os resultados não tenham indicado nenhuma correlação entre os treinamentos realizados e a renda obtida nesta atividade. Supõe-se que maior participação nesses cursos poderia melhorar essa correlação, tendo em vista que eles estão diretamente ligados à administração dos recursos, incluindo a renda, o que não acontece no curso de higiene e manipulação de alimentos ou no outro curso citado, relacionado à confecção de bolo e confeitaria.

Braga (2005) ressalta que é necessário investir na qualificação do empreendedor, tanto do ponto de vista técnico quanto no de gestão, com capacitações voltadas para as áreas de marketing, análise financeira, gestão empreendedora e plano de negócios. Essas capacitações são importantes para auxiliar o empreendedor na administração do seu negócio, melhorando sua atuação no mercado, e ajudar no processo de tomada de decisão, para que não haja desperdícios financeiros e nem de alimentos, bem como na manutenção da qualidade do produto.

No caso da amostra analisada neste estudo, treinamentos que capacitem os produtores a administrar seus recursos auxiliariam para o bom uso do dinheiro e do tempo disponíveis. Treinamentos voltados para higiene e manipulação de alimentos dariam conhecimento suficiente para se adequarem às normas da vigilância sanitária, investindo bem os seus recursos em processo adequados de produção e sem colocar em risco a saúde de seus consumidores.

4.4 - Motivos que Levaram os Entrevistados à Atividade Informal

Dos motivos citados para o ingresso no mercado informal de trabalho, a necessidade de complementação dos rendimentos e de ter uma fonte de renda foram determinantes do ingresso das pessoas pesquisadas na atividade informal (85,7%), como pode ser evidenciado na tabela 4, devido ao desemprego. Estes mesmos motivos foram os mais citados em outros estudos consultados, a saber: Cacciamali (1989), ao estudar sobre a informalização recente do mercado de trabalho brasileiro; Silva e Barbosa (2001), tratando do trabalho informal na construção de alternativas socioeconômicas e o seu perfil no Rio de Janeiro; IBGE (2003), na pesquisa sobre economia informal urbana; Braga (2005), ao falar da controvérsia acerca do setor informal; Cardoso et al. (2005), no estudo sobre o mundo do trabalho e a contribuição social e econômica da atividade informal em Salvador; Sena (2006) na pesquisa sobre políticas públicas e trabalho informal; e Ribeiro (2006), no estudo sobre a economia informal urbana no Brasil na década de 1990.

Tabela 4 - Motivos que Levaram os Entrevistados a se Dedicarem à Atividade Informal. Viçosa, MG - 2007

Motivo	Freqüências	%
Complementação da Renda	17	48,6
Principal Fonte de Renda	13	37,1
Lazer	4	11,4
Realização Pessoal	1	2,9

Fonte: Dados da pesquisa.

Os resultados apresentados podem ser entendidos à luz da Teoria de Maslow, pois os motivos citados vêm ao encontro das necessidades dos entrevistados. A maior parte das respostas apontou a necessidade de renda como principal motivo para inserção no mercado informal. A renda familiar permite que as necessidades fisiológicas e as de segurança fossem atendidas a partir do momento que possibilitava a aquisição de bens para

manter a própria vida e se protegerem contra ameaças, privações ou perigos que possam afetar negativamente sua qualidade de vida.

Trata-se de necessidades que estão na base da escala descrita por Maslow e que se não forem supridas impedirá ou dificultará que outras necessidades, que se encontram mais acima na escala, sejam atendidas. Além disso, a renda familiar também facilita, mesmo que indiretamente, a satisfação de necessidades psicossociais (aceitação, estima e auto-realização), quando nesse processo é necessária a aquisição de bens e serviços.

Além do mais, pode-se entender também que a inserção nesta atividade aconteceu porque a sociedade, de modo geral, não foi capaz de suprir as necessidades dessas famílias, o que gerou frustração. De acordo com a Teoria de Maslow apud Chiavenato (2000), esta frustração pode ser considerada uma ameaça psicológica, produzindo reações gerais de emergência no comportamento humano, ou seja, a opção por uma atividade que dê retorno imediato e possibilite a satisfação de suas necessidades, ainda que não esteja de acordo com os padrões legais da sociedade.

Observou-se que 14,3% dos entrevistados afirmaram que a razão primordial para se dedicarem a essa atividade foi a necessidade de realização pessoal e de lazer ou outros motivos, por exemplo, o desejo de agradar aos filhos (necessidade de afeto). Nesses casos, a habilidade demonstrada nessas ocasiões foi tal que, atendendo a conselhos de amigos, parentes e vizinhos, a atividade acabou se tornando um trabalho rentável, conforme relatos obtidos durante as entrevistas.

A necessidade de realização pessoal, descrita na escala de Maslow, diz respeito às necessidades psicossociais dos indivíduos. Maximiano (2004), ao abordar a Teoria de Maslow, alerta para o fato de que as pessoas tendem a progredir ao longo das necessidades, orientando-se para a auto-realização. Porém, segundo este autor, a auto-realização não está, necessariamente, no topo da hierarquia, não é uma necessidade em si e não se trata de uma necessidade que só pode ser satisfeita se todas as demais tiverem sido atendidas. Ela pode ocorrer em qualquer ponto da escala de

necessidades, e depende do motivo que mais afeta o indivíduo em determinado momento.

Assim, pode-se afirmar que a renda, necessária para o atendimento das necessidades básicas, não é o único motivo para a inserção no mercado informal. Ainda que seus recursos financeiros sejam suficientes, alguns entrevistados resolveram se dedicar a essa atividade para se auto-realizarem, ou seja, para mostrarem que são capazes de desenvolver todo o seu potencial. Pode-se dizer, ainda, conforme umas das premissas da Teoria de Maslow, que este dado indica que estes entrevistados são pessoas saudáveis, pois, conforme essa teoria, quanto mais elevado o nível das necessidades, mais saudável a pessoa é (MAXIMIANO, 2004).

Essas necessidades de lazer e de realização pessoal podem ser consideradas ainda, como forças ativas e impulsionadoras do comportamento dos pesquisados. Esse fato se deve, segundo Chiavenato (2000), ao comportamento humano ser dirigido a um objetivo o que contribui nesse aspecto, uma vez que os fatores motivadores descritos também estão vinculados aos objetivos de cada pessoa. Do ponto de vista da Teoria da Motivação, esses fatores servem de estímulo aos entrevistados, uma vez que sanam suas necessidades e desejos, estimulando-os a entrarem no mercado informal, para realizem seus objetivos.

Outra teoria que explica os resultados obtidos neste estudo é a Teoria de Alocação de Tempo, descrita por Bryant (1992). Segundo este autor, para que uma família encontre plena satisfação é necessário dispor de bens e serviços e de lazer, adquiridos e utilizados conforme o tempo, tecnologia e renda disponíveis. As motivações citadas pelos entrevistados vão ao encontro dessa teoria, pois a renda é essencial para a aquisição ou produção de bens e serviços e o tempo de lazer também faz parte do processo de melhoria da qualidade de vida e melhor satisfação para as famílias.

Outro ponto importante observado na relação entre os resultados encontrados e a Teoria de Alocação de Tempo diz respeito à restrição de tempo. Conforme essa teoria, a restrição de tempo é o resultado do somatório das horas de trabalho no mercado, das horas de trabalho

dedicadas à produção doméstica mais as horas não-dedicadas ao trabalho no mercado e nem na produção doméstica, ou seja, o tempo dedicado ao lazer.

Observou-se que, no caso das famílias analisadas, as horas de trabalho no mercado e as horas de trabalho dedicadas à produção doméstica são quase inseparáveis, principalmente quando a mulher é a principal responsável pela atividade informal. Tal separação também se mostra limitada quando se trata das horas não-dedicadas ao trabalho no mercado nem na produção doméstica, uma vez que essa atividade é realizada como parte do lazer; motivo este citado por algumas mulheres entrevistadas.

Pode-se dizer então que a atividade informal se enquadra no modelo de alocação de tempo: as famílias estudadas organizam-se de acordo com o tempo disponível, produzem conforme a habilidade e a tecnologia disponíveis, têm momentos de lazer e ainda obtêm renda para se manterem e continuarem buscando maior satisfação.

4.5. Identificação das Redes Sociais Envolvidas na Atividade

No que diz respeito às redes sociais, constatou-se, conforme dados da Tabela 5, que a rede familiar foi preponderante no desenvolvimento da atividade informal. Procurou-se examinar tanto o número de pessoas por família que participam da atividade relacionada ao setor informal e quem são estas pessoas ou membros familiares. Também foram analisadas a divisão das tarefas e outras redes de apoio, ou seja, a presença ou não de instituições ou pessoas que ajudam a família nesta atividade.

O número de pessoas da família que participavam da atividade estudada era, na maioria dos casos, de duas pessoas (48,5% das respostas). Estas pessoas apresentaram-se, na maioria das vezes (31,4%) como esposo/pai e esposa/mãe.

Levando-se em conta o número de membros por domicílio, este resultado indica a significativa participação e o envolvimento dos membros familiares na produção informal de alimentos. Isso evidencia o potencial do

segmento para abrigar empresas de base familiar e ratifica sua importância para a geração de emprego e renda, assim como para a redução do quadro de insegurança alimentar (CARDOSO et al., 2005). Além disso, a participação familiar verificada nas respostas indica a importância dessa atividade para todos os membros, tendo em vista que eles se empenham para que ela seja realizada.

Tabela 5 - Participação dos Membros da Família e Redes de Apoio nas Atividades Realizadas. Viçosa, MG - 2007

Variáveis	Frequência	%
Membros		
Esposo/pai	1	3,0
Esposa/mãe	7	20,0
Esposo e esposa	11	31,4
Esposo/pai, esposa/mãe e filho(s)	6	17,1
Esposo/pai ou esposa/mãe e filho(s)	6	17,1
Filho(s)	4	11,4
Divisão das Tarefas		
Todos fazem as mesmas tarefas	20	57,1
As tarefas são divididas	15	42,9
Redes de Apoio		
Outro(s) parente(s)	10	28,6
Vizinho(s)	2	5,7
Amigo(s)	2	5,7
Outro(s) parente(s) e amigo(s)	2	5,7
Colaborador(es)	5	14,3
Ninguém	14	40,0

Fonte: Dados da pesquisa.

Em relação às tarefas realizadas, 57,1% mencionaram que todos fazem as mesmas tarefas concernentes ao processo de pré-preparo, preparo e venda. O pré-preparo diz respeito ao processo de separação e preparação dos ingredientes a serem utilizados na preparação dos alimentos. Esse processo também envolve a organização do local onde estes alimentos são preparados. O preparo corresponde ao momento em que os alimentos estão sendo manipulados, passando pelo processo de fritura, cozimento, assadura ou de preparação para congelamento quando

necessário. A venda desses produtos era realizada no próprio domicílio e também fora dele, conforme a Tabela 6.

Tabela 6 - Outros Locais para Venda de Alimentos Citados pelos Produtores do Mercado Informal. Viçosa, MG – 2007

Local	Freqüência	%
Comércio da cidade	8	40,0
Empresas particulares da cidade	2	10,0
Residência do produtor	5	25,0
Eventos locais/regionais	3	15,0
Pela cidade	2	10,0

Fonte: Dados de pesquisa.

Como redes de apoio, além dos próprios membros familiares, 28,6% citaram que outros parentes ajudavam nas tarefas, sem remuneração específica, enquanto 14,3% pagam a colaboradores para ajudar nas vendas. Esses colaboradores eram pessoas contratadas para ajudar na venda dos produtos na feira ou para ajudarem na preparação desses em casa. Eles recebem pelo trabalho realizado e não têm vínculo de parentesco com o produtor. Também fazem parte da rede, em menor proporção, vizinhos e amigos de algumas das famílias pesquisadas.

Esta relação pode ser entendida de acordo com as considerações de Carvalho (2003), que considera as redes de apoio uma teia de vínculos, relações e ações entre indivíduos e organizações. Elas se tecem ou se dissolvem continuamente em todos os campos da vida social; estão presentes na vida cotidiana (nas relações de parentesco, nas relações de vizinhança, nas relações comunitárias), no mundo dos negócios e na vida pública. A existência de múltiplas redes pode ser explicada pelas necessidades humano-sociais que colocam em movimento a busca de interação e formação de vínculos afetivos, de apoio mútuo para empreendimentos. Uma rede envolve processos de circulação, articulação, participação e cooperação e podem apresentar características mais duradouras ou efêmeras, vínculos mais densos ou mais tênues, simples ou complexos.

Outra explicação para a interação percebida entre os membros familiares e as outras redes sociais pode ser encontrada no pressuposto básico da Teoria das Trocas, descrita por Blau e citada por Ramos (2002). Nesta teoria, a interação entre indivíduos ou coletividades caracteriza-se como uma tentativa de maximizar recompensas e reduzir custos. Isto a torna compensadora, essa interação é mantida.

O comportamento verificado nas redes de apoio também pode ser entendido à luz da Teoria de Maslow, uma vez que as necessidades sociais, relacionadas a participação, associação, aceitação pelos companheiros, troca de amizade, afeto e amor, também precisam ser satisfeitas (CHIAVENATO, 2000). O ambiente proporcionado pelas redes sociais propicia a satisfação dessa necessidade, a partir do momento em que os membros familiares participam, são aceitos, fortalecem os vínculos de amizade, afeto e amor, entre si e com as outras redes percebidas neste estudo.

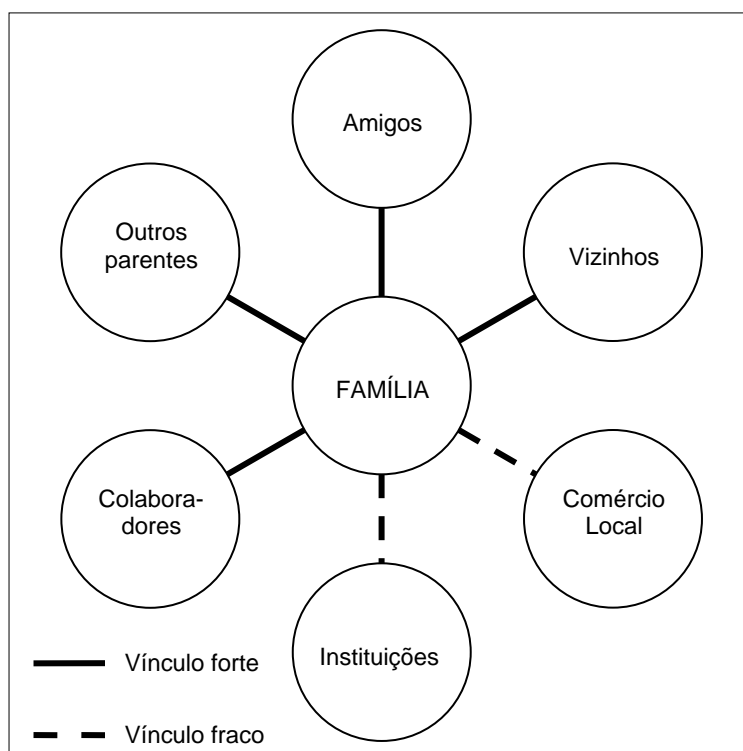
Dentre as características das redes, citadas por Amaral (2004), estão o dinamismo e a intencionalidade dos envolvidos. Este aspecto foi observado nos resultados, em relação ao processo de comercialização. Notou-se que 57,1% dos entrevistados vendiam seus produtos em outros locais e destes, 50,0% responderam que o faziam no comércio local e em instituições da cidade. Por comércio local entendem-se mercados e supermercados, padarias e lanchonetes da cidade e, como instituições, entendem-se escolas públicas e particulares e empresas, cujas atividades nada têm a ver com o comércio de alimentos, mas permitiram que esses alimentos fossem vendidos aos seus funcionários.

Nenhum dos entrevistados considerou os comerciantes e empresários como parte de suas redes de apoio, tendo em vista que, em nenhum momento, foram citados quando os entrevistados responderam sobre a participação de outras pessoas nesta atividade, além dos membros familiares. No entanto, pelas características de redes sociais, de acordo com Carvalho (2003), pode-se inferir que esses comerciantes e empresários também fazem parte das redes de apoio que envolvem as famílias analisadas.

Considerar essa realidade ajuda a entender um pouco mais o desenvolvimento do comércio informal de alimentos na cidade de Viçosa/MG, que, nesse caso, conta com o apoio do próprio setor formal. Isso quer dizer que o comércio formal da cidade ajuda os produtores do comércio informal a se manterem no mercado, uma vez que estes conseguem maior espaço para vender seus produtos. Este espaço é cedido normalmente de duas formas: primeiro, o produtor vende seus produtos à vista ao comerciante, que arca com eventuais prejuízos, caso os produtos não sejam vendidos, sofram alguma alteração ou passem do prazo de validade; segundo, o produtor deixa seus produtos no comércio e só recebe depois, de acordo com o que foi vendido. Nesse caso, é o próprio produtor que se responsabiliza por trocar os produtos vencidos ou que apresentam algum problema.

Nas duas situações apresentadas, o comerciante tem uma margem de lucro com as vendas dos produtos caseiros. Além disso, ele também pode ser advertido e multado pela vigilância sanitária caso esta encontre alguma irregularidade nos produtos, por exemplo, a ausência de rotulagem adequada e informações ao consumidor.

De acordo com Carvalho (2003), as redes podem assumir características duradouras ou efêmeras, com vínculos fortes ou fracos, simples ou complexos. Na Figura 3 são mostradas as redes sociais identificadas nesta atividade e a intensidade dos seus vínculos.



Fonte: Dados da pesquisa.

Figura 3 - Redes Sociais Identificadas no Comércio Informal de Alimentos. Viçosa, MG – 2007.

Os resultados obtidos neste estudo mostraram que algumas redes sociais identificadas possuem característica duradoura, com vínculos fortes, como é o caso dos membros familiares, dos parentes, dos amigos, dos vizinhos e dos colaboradores que ajudam na atividade informal. Isso pode ser explicado pelos fortes laços afetivos e consangüíneos que os unem, e, no caso dos colaboradores, devido à remuneração que recebiam.

As redes detectadas no comércio local e nas instituições possuíam caráter mais efêmero, com vínculos mais fracos, uma vez que a participação nessa atividade não era seu interesse imediato e que poderiam romper essa relação sem maiores problemas.

A identificação das redes de apoio é um processo importante, capaz de impulsionar mudanças na identidade das organizações e proporcionar um desenvolvimento mais amplo, transcendendo a cultura assistencialista, acompanhado de fortalecimento do tecido social (GASPARONI, 2007).

4.6. Valor Econômico e Implicações da Atividade Informal na Vida do Produtor e no Ecosistema Familiar

Para avaliar o valor monetário da atividade informal e suas implicações para a vida da família e do indivíduo, optou-se por analisar a renda obtida com a venda dos alimentos, a principal fonte de recursos financeiros da família e a relação entre essas, o grau de satisfação do entrevistado com essa atividade e as mudanças ocorridas no ecossistema familiar com o início dessa.

Os resultados mostraram que a venda de alimentos no setor informal proporcionava uma renda incerta, que, na maior parte dos casos (71,3%), variava entre menos de 1 até 2 salários mínimos (Tabela 7).

Tabela 7 - Valor Monetário da Atividade Informal e suas Implicações na Vida do Produtor e no Ecosistema Familiar. Viçosa, MG – 2007.

Variáveis	Freqüência	%
Renda Obtida no Mercado Informal		
Menos de 1 salário mínimo	12	34,2
Entre 1 e 2 salários mínimos	13	37,1
Entre 2 e 3 salários mínimos	3	8,6
Entre 3 e 4 salários mínimos	3	8,6
Entre 4 e 5 salários mínimos	3	8,6
Mais de 5 salários mínimos	1	2,9
Principal Fonte de Renda Atual		
Trabalho do cônjuge	14	40,0
Venda dos alimentos	17	48,5
Pensão	1	2,9
Aposentadoria do cônjuge	2	5,7
Outros*	1	2,9

Fonte: Dados da pesquisa.

* Não especificado.

Para 48,5% dos entrevistados, esta atividade era a principal fonte de renda da família. Um agravante para esse mercado é o fato de ser Viçosa uma cidade universitária, com uma considerável população flutuante. Na ausência dessa população, como ocorre em época de férias e de greves, há significativa queda nas vendas, com conseqüente diminuição da renda.

Embora seja baixo o nível da renda percebida nesta atividade pela maioria dos entrevistados, uma pequena parcela, 2,9%, relatou ganhar mais de cinco salários mínimos nesta atividade, dado bastante notório diante das incertezas que envolvem tal negócio. Góes (1999) já havia considerado este aspecto em seu estudo, afirmando que parcelas significativas dos setores médios da sociedade assumiram atividades informais como estratégia de vida, assim como muitas atividades informais de baixa renda se capitalizaram, tornando-se bastante rentáveis.

Este resultado indica que o setor informal não é formado unicamente por trabalhadores de baixa renda e que informalidade e pobreza não são inseparáveis. Assim, o trabalho informal, embora seja caracterizado pela inserção precária, geralmente no comércio ou em atividades do setor de serviços, não é obrigatoriamente sinônimo de marginalidade social, exclusão, instabilidade ou pobreza (BRAGA, 2005).

Uma relação feita entre a renda obtida com a venda dos alimentos e a participação em treinamentos, revelou que, do total de pessoas que responderam ter participado de algum curso, a maioria (58,3%) ficou na faixa dos que recebiam entre menos de 1 a 2 salários mínimos.

Não houve correlação significativa entre essas variáveis, o que pode ser explicado, não pelo fato de que a participação em treinamentos não seja importante para melhor exercer essa atividade e ter maior rentabilidade, mas em razão de o número de pessoas que participaram de treinamentos ser muito baixo (34,3%).

Outra afirmação que se pode fazer sobre os resultados obtidos diz respeito à relação verificada entre a renda obtida com a venda dos alimentos e a principal fonte de renda familiar (Tabela 8), pois à medida que a renda obtida com a venda dos alimentos aumentou, notou-se que ela era a principal fonte de renda das famílias. Nos casos em que a renda obtida com a venda dos alimentos era menos de um salário mínimo, verificou-se que a principal fonte de renda, para a maioria dos entrevistados, era o trabalho do cônjuge.

Tabela 8 - Relação entre a Renda Obtida com a Venda de Alimentos e a Principal Fonte de Renda das Famílias. Viçosa, MG – 2007*

Renda Obtida com Venda dos Alimentos (%)	Principal Fonte de Renda (%)				
	Trabalho Informal	Trabalho do Cônjuge	Pensão	Aposentadoria do Cônjuge	Outros
Menos de 1 salário mínimo	0,0	75,0	8,3	8,3	8,3
Entre 1 e 2 salários mínimos	61,5	30,8	0,0	7,7	0,0
Entre 2 e 3 salários mínimos	100,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Entre 3 e 4 salários mínimos	100,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Entre 4 e 5 salários mínimos	100,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Mais de 5 salários mínimos	0,0	100,0	0,0	0,0	0,0

Fonte: Dados de pesquisa.

*Os valores da Tabela 10 baseiam-se no total de respondentes para cada variável.

Este resultado mostra que a renda obtida nesta atividade influencia diretamente na maneira como os membros familiares se organizam. De acordo com a Teoria de Alocação de Tempo, o objetivo da organização econômica das famílias, em qualquer nível de renda, é a maximização do bem-estar de seus membros. Fazem parte desta organização as atividades de produção, distribuição e consumo de bens e serviços no âmbito familiar. Dessa forma, pôde-se perceber que os membros se organizaram de modo a obter maior renda e, assim, proporcionarem a si mesmos uma melhor qualidade de vida.

A importância dada à renda pelas famílias é compreensível, não só por aumentar seu poder de compra, mas também por permitir maiores possibilidades para os indivíduos exercerem seu poder de escolha que, segundo Bryant (1992), é importante para melhorar o nível de bem-estar da família.

Ainda sobre a renda obtida com a venda desses alimentos, ao relacioná-la com o número de membros familiares envolvidos nesta atividade, observou-se uma correlação positiva (0,520), ao nível de

significância de 0,01, indicando que maior renda foi percebida quando houve maior participação dos membros familiares nessa atividade (Tabela 9).

Tabela 9 – Relação entre o Número de Pessoas que Participam desta Atividade e a Renda Obtida com a Venda desses Alimentos. Viçosa, MG – 2007.*

Membros da Família que Participam desta Atividade (%)	Renda Obtida com a Venda dos Alimentos (%)					
	Menos de 1 Salário Mínimo	Entre 1 e 2 Salários Mínimos	Entre 2 e 3 Salários Mínimos	Entre 3 e 4 Salários Mínimos	Entre 4 e 5 Salários Mínimos	Mais de 5 Salários Mínimos
	1 pessoa	80,0	20,0	0,0	0,0	0,0
2 pessoas	25,0	50,0	12,5	0,0	6,3	6,3
3 pessoas	0,0	0,0	25,0	50,0	25,0	0,0
4 pessoas	0,0	60,0	0,0	20,0	20,0	0,0

Fonte: Dados da pesquisa.

* Os valores da Tabela 11 baseiam-se no total de respondentes para cada variável.

Analisando também a relação entre a renda obtida com esta atividade e o envolvimento com outras redes de apoio detectadas neste estudo, constataram-se entre os que afirmaram haver envolvimento (60%), pôde-se constatar maiores rendas.

Estes resultados mostram a importância das redes de apoio nesta atividade, uma vez que estas contribuem para a obtenção de melhor retorno financeiro. Tal afirmação é respaldada por Olivieri (2003), que, ao falar sobre a importância histórico-social das redes, ressalta que essas compreendem sistemas organizacionais capazes de reunir indivíduos e instituições, de modo democrático e participativo, em torno de causas afins; supõem atuações colaborativas e se sustentam pela vontade e afinidade de seus integrantes, mostrando-se como um significativo recurso organizacional para a estruturação social.

Quanto ao grau de satisfação dos entrevistados, 74,3% disseram estar satisfeitos com essa atividade e apenas 20% responderam que não houve nenhuma mudança no ecossistema familiar após seu início. Dos 80% que afirmaram terem ocorrido mudanças. Destas, 37,1% diziam respeito à melhoria financeira, que os possibilitava arcarem com as despesas domésticas e adquirir bens. Alterações no convívio familiar, como melhoria

no diálogo, maior tempo de convivência entre os membros foram citados por 20% dos entrevistados. Entretanto, alguns conflitos com o cônjuge por causa do tempo dedicado a essa atividade e a falta de tempo para descansar também foram citados (Tabela 10).

Tabela 10 – Grau de Satisfação e Mudanças Percebidas no Ecosistema Familiar. Viçosa, MG – 2007.

Variáveis	Frequência	%
Grau de Satisfação		
Muito insatisfeito	-	-
Insatisfeito	3	8,6
Satisfeito	26	74,3
Muito satisfeito	6	17,1
Mudanças Percebidas no Ecosistema Familiar		
Nenhuma	7	20,0
Alterações no convívio familiar	7	20,0
Aquisição de bens	3	8,6
Melhoria financeira	13	37,1
Maior autonomia	2	5,7
Outros*	3	8,6

Fonte: Dados da pesquisa.

* *Pouco tempo para sair e descansar, para visitar familiares; mais tempo em casa possibilitando maior contato com os filhos; se sentiu melhor; possibilidade de ampliar o convívio social, melhoria no diálogo familiar, alguns conflitos com o cônjuge por causa do tempo dedicado a essa atividade.*

As mudanças verificadas contribuem para se entender o porquê de estarem satisfeitos com essa atividade. Além disso, Bryant (1992) afirma que o trabalho é um exemplo de atividade da qual se deriva satisfação indiretamente. Já as atividades de consumo e lazer são exemplos de atividades que geram satisfação diretamente. A melhoria financeira, por sua vez, possibilita maior consumo e lazer.

A maximização da satisfação, objetivo da organização econômica familiar, está sujeita a limitações econômicas, relacionadas à escassez de recursos como habilidade, tempo e renda; limitações técnicas, relacionadas às leis biológicas, químicas e físicas que exercem influência sobre a produção de bens e serviços; e a limitações legais ou socioculturais, ligadas

ao comportamento dos membros da família, que, em parte, é determinado pelas políticas locais e pelas normas sociais e culturais (BRYANT, 1992). No entanto, observou-se que neste estudo a tecnologia e o tempo não foram fatores limitantes para as famílias, embora o modelo de Bryant pressuponha isso. Elas adequavam seus recursos para desempenharem suas atividades e houve pouca ou nenhuma separação do tempo de trabalho fora do lar e dentro da mesma. Assim, somente a renda se mostrou como fator limitante para o desenvolvimento da atividade informal.

O alto percentual de pessoas satisfeitas encontrado neste estudo leva a refletir se de fato os entrevistados sentiam necessidade de formalização do seu negócio. O que se pode afirmar é que tal situação parece cômoda, tanto para o Estado, que não define políticas públicas para o setor, quanto para as próprias famílias, que, ficam a mercê de possíveis intervenções sem, no entanto, se unirem em prol de buscar meios mais seguros para se manterem, por exemplo, se organizarem em cooperativas.

Lautier (1997) afirma que tanto o Estado quanto os próprios trabalhadores informais têm interesse na formalização, mas são impedidos pela hipertrofia da regulamentação e também pelos interesses, corporativos e de corrupção, dos burocratas que ela permite satisfazer. Soma-se a isso o fato de que, no Brasil, a burocracia dificulta a abertura de novas empresas (tempo relativamente elevado quando comparado a outros países) e maior dificuldade ainda quando, por motivo qualquer, precisam fechar a empresa.

Nesta mesma linha de raciocínio, Cacciamali (1997) ressalta que, em um ambiente de crise, de insegurança e de elevado desemprego, de frustração das expectativas populares e de aprofundamento das desigualdades sociais, o Estado procura fomentar as formas de produção informal e evitam reprimir a ilegalidade.

Para Cacciamali (2000), a ampliação do trabalho informal estaria sendo induzida por quatro motivos: racionamento dos empregos assalariados e ausência de políticas públicas compensatórias; oportunidades de ganhos superiores àqueles dos empregados assalariados de média e baixa qualificação; expansão de atividades de prestação de serviços; e estratégia

de sobrevivência implementada pelos indivíduos que apresentam dificuldades de reemprego ou de ingresso no mercado de trabalho.

De acordo com estudos realizados por Pamplona e Romeiro (2002), uma parcela desse setor mostrou-se convicta de que deveria permanecer na condição informal, mesmo diante de eventual possibilidade de inserção no mercado formal de trabalho, sugerindo que um conjunto de variáveis, de ordem pessoal, ligada a aspectos subjetivos como lazer e bem-estar, estaria influenciando a entrada ou permanência de parte desses indivíduos no setor informal.

V - CONCLUSÕES, LIMITAÇÕES E RECOMENDAÇÕES

Este trabalho teve por objetivo analisar as implicações do comércio informal de alimentos, no meio urbano da cidade de Viçosa/MG, no ecossistema familiar. Utilizou-se, como referencial teórico considerações sobre qualidade de vida, economia brasileira, redes sociais, economia informal, comércio informal de alimentos e ainda a Teoria de Alocação de Tempo e a Teoria das Necessidades Humanas.

Propôs-se uma pesquisa descritiva-explicativa, com abordagem quantitativa, visando obter características do evento estudado. Para tanto, foram usadas a análise tabular e a análise de correlação entre variáveis.

A amostra foi obtida por meio de entrevista com as famílias que comercializavam alimentos processados na Feira de Artesanatos e na Feira Livre da cidade e, a partir das feiras, procurou-se conhecer outras famílias envolvidas utilizando a técnica “bola de neve”. No total, foram entrevistadas 35 pessoas. A análise dos dados foi feita com o auxílio do *software* SPSS.

A análise do perfil socioeconômico e demográfico dos produtores de alimentos inseridos no setor informal mostrou a preponderância de homens e mulheres com mais de 40 anos, com baixo nível educacional, sugerindo que a atividade informal é capaz de absorver indivíduos com idade mais avançada e que encontram dificuldades para se inserir no setor formal da economia. Apesar de o baixo nível educacional influenciar na maneira como os produtores lidavam com as dificuldades encontradas no dia-a-dia, isso

não os impedia de colocar em prática suas habilidades de produção de alimentos.

Essa pesquisa também detectou expressiva participação das mulheres no mercado informal de alimentos, reforçando o fato de que as atividades relacionadas ao âmbito doméstico ainda são predominantemente femininas e que essas mulheres, além de cuidarem das atividades domésticas, contribuem significativamente para o incremento da renda familiar. Com esse resultado, pode-se reforçar a importância de se promover políticas públicas de geração de emprego e renda, especialmente voltadas para essas mulheres, que sejam capazes de agregar valor às suas habilidades e sirvam de motivação para que elas descubram e valorizem o seu potencial produtivo. Espera-se que tais políticas possam contribuir para melhores condições de vida dessas mulheres, tanto em aspectos econômicos, propiciando melhoria financeira, como também em aspectos sociais e afetivos, possibilitando o surgimento de cooperativas e contribuindo ainda para o aumento de sua auto-estima.

Observou-se a predominância da família do tipo nuclear e a presença de filhos adolescentes maiores de 12 anos entre os entrevistados, o que pode indicar maiores demandas sobre o orçamento doméstico, devido aos custos com a educação destes. Sobre este resultado pode-se dizer ainda que ele ajuda a entender a opção pela atividade informal, tendo em vista a necessidade de se obter renda para satisfazer aos desejos e necessidades dos membros familiares.

A maior parte dos entrevistados declararam perceber uma renda mensal variando entre um e três salários mínimos, o que indica que o comércio informal de alimentos na cidade é constituído de famílias de renda relativamente baixa, indicando uma situação de pequena produção e de subsistência.

Os tipos de alimentos fornecidos no mercado informal são tradicionais na cidade. Dentre eles, os salgados e os doces foram os mais citados, ou seja, houve maior demanda por esses alimentos. No que diz respeito à produção desses alimentos, detectou-se que essa atividade adequou-se aos

recursos já existentes no domicílio, o que indicou a pouca separação entre ela e as outras atividades domésticas.

Poucos entrevistados haviam participado de algum tipo de treinamento que os auxiliasse na produção e comercialização dos alimentos, na gestão do próprio negócio ou na administração de seus recursos financeiros, deixando claro que esta atividade está mais ligada a habilidades e hábitos pessoais do que a práticas oriundas de treinamentos adequados, contribuindo ainda mais para a insegurança nesse mercado. A não significativa correlação entre as variáveis “participação em treinamentos” e “renda obtida na atividade informal” sugere um questionamento sobre a regularidade em que estes cursos são oferecidos e o conteúdo desses. Acredita-se que cursos bem direcionados para o tipo de trabalho em estudo podem contribuir bastante, tanto para a segurança alimentar, quanto para a segurança financeira.

É de se esperar que maiores conhecimentos na área de gestão de negócios ajudaria a entrevistada a resolver melhor essa situação. A exemplo disso tem-se os cursos disponibilizados pelo Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), que oferece aos empreendedores e empresários soluções educacionais que orientam na abertura e na administração de pequenos negócios, bem como no desenvolvimento de competências em gestão (SEBRAE MG, 2008).

Por fim, um curso de orçamento doméstico poderia auxiliar as famílias a administrar os recursos que possuem, de forma que o dinheiro, os bens, o tempo e as habilidades disponíveis poderiam ser utilizadas para proporcionar maior satisfação aos membros. Conforme a Teoria de Alocação de Tempo discute, isso contribui para que a renda obtida nesta atividade e o tempo dedicado a ela fosse bem empregado, para potencializar seu bem-estar e melhorando sua qualidade de vida das unidades familiares.

Dentre os motivos que os levaram a se dedicar à atividade informal, a necessidade de complementação da renda foi o mais citado. No entanto, pelos resultados encontrados observam-se que as dificuldades financeiras enfrentadas pelas famílias de fato favorecem a entrada dessas no setor informal, mas não são os únicos fatores responsáveis. Existem motivações

que vão além da satisfação das necessidades básicas e estão ligadas a questões pessoais, de auto-realização e de lazer. Isso quer dizer que o setor informal não desaparece quando se facilita, em termos financeiros e burocráticos, a entrada para o setor formal da economia.

Constatou-se, também, que, na maioria das famílias, o esposo e a esposa eram os mais envolvidos na produção informal de alimentos, embora tenham sido identificadas a presença de redes sociais, caracterizadas principalmente pelo apoio de familiares, considerada como mais duradoura e densa. Essas redes contribuem para a autonomia dos produtores informais, a partir do momento em que ampliam suas possibilidades de segurança financeira e satisfação dos membros familiares. Também possibilita a criação de laços afetivos e compromissos mútuos, contribuindo para que a atividade informal seja uma alternativa eficaz na melhoria da qualidade de vida das pessoas envolvidas e não somente um empecilho para o desenvolvimento econômico do país.

Finalmente, no que diz respeito ao valor econômico da produção informal e suas implicações na vida do produtor e no ecossistema familiar, averiguou-se que, apesar da incerteza dos rendimentos gerados pelo trabalho informal, a maioria dos entrevistados declarou estar satisfeita com essa atividade e afirmou que a melhoria financeira foi uma das principais mudanças percebidas após se dedicarem a ela. Este resultado, juntamente a outros obtidos nesta pesquisa, serve para ilustrar a complexidade do setor informal, ajuda não somente na análise de seus aspectos negativos para a economia, mas também contribui para a redução da pobreza e marginalidade, pelo menos enquanto estiver inserido em um contexto marcado por intensas desigualdades econômicas e sociais, como é o caso do Brasil.

Entre as limitações encontradas para a realização desta pesquisa destacam-se a falta de cadastro dos produtores, o que não permite conhecer todos os que se envolvem nesta atividade e o difícil acesso a estes, pois mesmo que tenham sido identificados, em alguns casos, o endereço ou telefone disponíveis não estavam corretos.

Devido à relevância da contribuição do setor informal para melhoria da qualidade de vida das famílias e, conseqüentemente, para a economia do país, recomenda-se que outros estudos sejam feitos, por exemplo, uma análise mais profunda sobre os aspectos voltados para a inserção desses trabalhadores no mercado formal, visto que esta questão não foi objetivo deste estudo. Este tipo de discussão poderia oferecer embasamento para a elaboração de políticas públicas eficazes, capazes de favorecer tanto as famílias quanto o mercado como um todo, contribuindo de maneira positiva para a economia local, regional e nacional.

Outro estudo que também poderia contribuir para a formulação de políticas públicas, com vistas à melhoria da qualidade de vida das famílias e desenvolvimento econômico, refere-se à análise do perfil de indivíduos e famílias inseridas em outras atividades informais como a prestação de serviços, para entender suas motivações e expectativas em relação às atividades que desempenham.

Além disso, devido à intensa participação das mulheres, conforme se verifica neste estudo, sugere-se a realização de outros estudos que analisem mais profundamente a presença dessas no mercado informal, analisando suas expectativas, satisfações e insatisfações.

Por fim, a análise da qualidade dos produtos e serviços prestados no setor informal, bem como a satisfação dos seus consumidores também pode contribuir significativamente para o entendimento da realidade em questão e, a partir daí, propostas poderiam ser feitas com o objetivo de buscar melhorias que, de fato atendam às necessidades das famílias envolvidas, para favorecer o crescimento e desenvolvimento da economia, não só no que diz respeito à geração de emprego e renda, mas também no que tange à melhoria das condições de trabalho dos indivíduos.

VI - REFERÊNCIAS

ALVES, P. B. A ecologia do desenvolvimento humano: experimentos naturais e planejados. **Psicol. Reflex. Crit.**, Porto Alegre, v. 10, n. 2, 1997. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-79721997000200013&lng=en&nrm=iso>. Acessado em 05 de abril de 2008.

AMARAL, V. **Redes sociais e redes naturais: a dinâmica da vida**. Rio de Janeiro: Rits - Rede de Informações para o Terceiro Setor, 2004. Disponível em <http://www.rits.org.br/redes_teste/rd_tmes_fev2004.cfm>. Acessado em 10 de fevereiro, 2008.

ANDRADE, N. J. de.; MACÊDO, J. B. de. **Higienização na indústria de alimentos**. São Paulo: Livraria Varela, 1996.

ANTUNES, M. A.. Do crescimento econômico ao desenvolvimento humano em tempos de globalização. **Revista Lusófona de Ciências Sociais**. v. 1, p. 73-83, 2004.

APPOLINÁRIO, F.. **Metodologia da ciência: filosofia e prática da pesquisa**. São Paulo: Thomson, 2006.

ARAÚJO, W. M. C.; ARAÚJO, H. M. C. **Comida de rua e preservação da cultura alimentar**. 2007. Disponível em: <<http://www.slowfoodbrasil.com/content/view/147/62/>>. Acessado em fevereiro de 2008.

ASSIS. J. C. de.. **Certo, mas insuficiente!**. Disponível em <<http://www.desempregozero.org.br/editoriais/certo.php>>. Acessado em 05 de março de 2007.

BABBIE, E.. **Métodos de pesquisa de survey**. Belo Horizonte: UFMG, 2003.

BRAGA, T. S. A Controvérsia acerca do setor informal: formas de participação na produção e definição de políticas públicas. **Rev. Conjuntura e Planejamento**, Salvador: SEI, n.132, p.27-34, Maio, 2005. Disponível em <http://www.sei.ba.gov.br/publicacoes/publicacoes_sei/bahia_analise/conj_planejamento/pdf/c&p132/art_thaiz.pdf>. Acessado em 04 de abril de 2008.

BRAGA, V. Cultura alimentar: contribuições da antropologia da alimentação. **Saúde Rev.**, Piracicaba, v. 13, n. 6, p. 37-44, 2004. Disponível em: <<http://www.unimep.br/phpg/editora/revistaspdf/saude13art05.pdf>>. Acessado em 10 de fevereiro de 2008.

BRASIL - Fome Zero. **Segurança alimentar e nutricional**. Disponível em <<http://www.fomezero.org.br/frame/frame.asp?id=apoiofomezero.org.br>>. Acessado em agosto de 2005.

BRITO, P.. **Economia Brasileira**: planos econômicos e políticas econômicas básicas. 2ª ed., São Paulo: Atlas, 2004.

BRYANT, W. K. **The economic organization of the household**. New York: N.Y: Cambridge University Press, 1992. 286p.

CACCIAMALI, M. C. Informalização recente do mercado de trabalho brasileiro. **Literatura Econômica**, IPEA, Rio de Janeiro, v. 11, n. 3, p. 18-40, 1989.

_____. Globalização e processo de informalidade. **Economia e Sociedade**, Campinas-SP: Unicamp - Instituto de Economia, n.14, p. 153-174, 2000. Disponível em <http://64.233.169.104/search?q=cache:kmOyPutnV2oJ:www.eco.unicamp.br:8888/seer/ojs/include/getdoc.php%3Fid%3D207%26article%3D157%26mode%3Dpdf+Globaliza%C3%A7%C3%A3o+e+Processo+de+Informalidade&hl=pt-BR&ct=clnk&cd=1>. Acessado em 15 de abril de 2008.

_____. Flexibilidade: maior número de micros e pequenas empresas ou manutenção da concentração de forma centralizada? **Contemporaneidade e Educação**: Instituto de Estudos da Cultura e Educação Continuada, Rio de Janeiro, ano II, n.1, p.46-57, 1997.

CARDOSO, R. de C. V; PIMENTEL, S. S.; SANTANA, C. dos S.; MOREIRA, L. N.; CERQUEIRA, . C. Comida de rua: desvendando o mundo do trabalho e a contribuição social e econômica da atividade em Salvador-BA. **Rev. Conjuntura e Planejamento**, Salvador: SEI, n.137, p.45-51, Outubro/2005. Disponível em <http://www.sei.ba.gov.br/publicacoes/publicacoes_sei/bahia_analise/conj_planejamento/pdf/c&p137/artigo_4.pdf>. Acessado em 21 de setembro de 2007.

CARVALHO, M. do C. B. de. **A Ação em rede na implementação de políticas e programas sociais públicos**. Rio de Janeiro: Rits - Rede de Informações para o Terceiro Setor, 2003. Disponível em <http://www.rits.org.br/redes_teste/rd_tmtes_abr2003.cfm>. Acessado em 17 de março de 2008.

CESAR FILHO, M.. **Do Estado do bem-estar ao estado mínimo: Estudo da Unicamp traça trajetória da política social brasileira de 1964 a 2002**. Rio de Janeiro: Instituto Ciência Hoje, 2005. Disponível em <<http://cienciahoje.uol.com.br/4117>>. Acessado em março de 2007.

CHIAVENATO, I. **Introdução à Teoria Geral da Administração**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

COMISSÃO BRASILEIRA JUSTIÇA E PAZ. **Nota sobre o Programa de Aceleração do Crescimento-PAC**, 2007. Disponível em <http://www.cbjp.org.br/notas_cbjp/Nota_CBJP_PAC.rtf>. Acessado em 03 de maio de 2007.

CRUZ, T. A. et al. **Currículo de Viçosa**. Viçosa-MG: Censur, 2004.

FERREIRA, Â. M. S.. **Dimensões da qualidade de vida no meio rural de Santa Catarina e Rio Grande do Norte**. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de Viçosa, Viçosa-MG, 1986.

FOOD DESIGN. **Segurança em alimentos e bebidas**. Legislação de Seguranças de Alimentos. Disponível em <http://www.fooddesign.com.br/6_legislacao.php?id=2>. Acesso em 23 de agosto de 2005.

FURTADO. C.. **O que é uma política de pleno emprego?**, 2004. Disponível em <<http://www.desempregozero.org.br/editoriais/>> . Acessado em 15 de junho de 2006.

GARCIA, R. W. D. Práticas e comportamento alimentar no meio urbano: um estudo no centro da cidade de São Paulo. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 3, p. 455-467, jul-set, 1997. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/csp/v13n3/0170.pdf>>. Acessado em 18 de fevereiro de 2008.

GASPARONI, M. M. **Análise do programa de erradicação do trabalho infantil e suas implicações do empoderamento parental - Ubá/MG**. Dissertação (Mestrado em Economia Doméstica). Universidade Federal de Viçosa, Viçosa-MG, 2007.

GAUGHANI, J.; FERMAN, L. Toward an Understanding of the Informal Economy. **The Annals of the American Academy of Political and Social Science**, nº 493, p. 15-25, 1987.

GIGLIO, E. M. **O Comportamento de consumo**. 3 ed. São Paulo: Thompson, 2005.

GOÉS, J. A. W. Consumo de alimentos de rua em salvador: o que é que a baiana/o tem? **Bahia Análise & Dados**: Salvador - BA, v.9, nº 2, p.89-92, Setembro, 1999. Disponível em <http://www.sei.ba.gov.br/publicacoes/publicacoes_sei/bahia_analise/analise_dados/pdf/consumo/pag_89.pdf>. Acessado em 03 de novembro de 2007.

GUARNIERI, M. C. de L. **Redes**: novo paradigma. Rio de Janeiro: Rits - Rede de Informações para o Terceiro Setor, 2005. Disponível em <http://www.rits.org.br/redes_teste/rd_tmtes_out2005.cfm>. Acessado em 27 de fevereiro de 2008.

HAZELWOOD, D.; MCLEAN, A. C.. **Manual de higiene**: para manipuladores de alimentos. São Paulo: Livraria Varela, 1994.

HERCULANO, S. A Qualidade de Vida e seus Indicadores. **Ambiente e Sociedade**, Campinas-SP, ano I, n. 2, p.77-97, 1998.

HOBBS, B. C.; ROBERTS, D.. **Toxinfecções e controle higiênico-sanitário de alimentos**. São Paulo: Livraria Varela, 1999.

HOFFMANN, R., LEONE, E. T. **Participação da mulher no mercado de trabalho e desigualdade da renda domiciliar per capita no Brasil: 1981-2002**, 2004. Disponível em <<http://www.face.ufmg.br/novaeconomia/sumarios/v14n2/140202.pdf>>. Acessado em abril de 2008.

IBGE. **IBGE atualiza cálculo do Produto Interno Bruto e retrata com detalhe a economia do país**. Disponível em <http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/nota_nova_metodologia.shtm>. Acessado em 05 de março de 2007.

_____. **Pesquisa mensal de emprego**. Disponível em <ftp://ftp.ibge.gov.br/Trabalho_e_Rendimento/Pesquisa_Mensal_de_Emprego/fasciculo_indicadores_ibge/>. Acessado em 18 de maio de 2007.

_____. **Economia informal urbana**, 2003. Disponível em <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/ecinf/2003/ecinf2003.pdf>>. Acessado em 21 de novembro de 2007.

_____. **IBGE Cidades**. Disponível em <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/default.php>>. Acessado em 05 de março de 2007.

JAKOBSEN, K.; MARTINS, R.; DOMBROWSKI, O.; SINGER, P.; ROCHMANN, M. **Mapa do trabalho Informal**: perfil socioeconômico dos trabalhadores informais na cidade de São Paulo. São Paulo: Fund. Perseu Abramo, 2000.

JARDIM, R.; BARRETO, S. M.; ASSUNÇÃO, A. A.. Condições de trabalho, qualidade de vida e disfonia entre docentes. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 10, p. 2439-2461, outubro, 2007. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/csp/v23n10/19.pdf>>. Acessado em 15 de fevereiro de 2008.

KLIKSBURG, Bernardo. **Por uma economia com face mais humana**. 2003. Disponível em <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/ue000137.pdf>>. Acesso em 10 de março de 2008.

LAGE, J.. **Quase todas as Pequenas Empresas Brasileiras são informais, diz IBGE**, 2005. Disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/dinheiro/ult91u96456.shtml>>. Acessado em 10 de março de 2007.

LAUTIER, B. Os amores tumultuados entre o estado e a economia informal. **Contemporaneidade e Educação**: Instituto de Estudos da Cultura e Educação Continuada, Rio de Janeiro, ano II, n.1, p.58-92, 1997.

LOPES, F. **Diretor geral da FAO afirma que o acesso à água é o elemento mais essencial na garantia da segurança alimentar no planeta**, 2007. Disponível em <http://www.asabrazil.org.br/int_interface/default_exibir_conteudo.asp?CO_TOPICO=1279>. Acessado em 01 de março de 2008.

MAXIMIANO, A. C. A. **Teoria Geral da Administração**: da revolução urbana à revolução digital. São Paulo: Atlas, 2004.

MONETTE, D.R.; SULLIVAN, T. J.; DEJONG, C. R. **Applied social research – tool for the human services**. 2ª ed. Chicago: Holt, Rinehart and Winston, 1989.

MONTALI, L. Família e trabalho na reestruturação produtiva: ausência de políticas de emprego e deterioração das condições de vida. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 15, n. 42, p. 55-71, fevereiro, 2000. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v15n42/1736.pdf>>. Acessado em 07 de julho de 2008.

OGATA, A.. **Buscando bem-estar e Qualidade de Vida**. São Paulo: Associação Brasileira de Qualidade de Vida, 2007. Disponível em <<http://www.abqv.org.br/artigos.php?id=313>>. Acessado em 15 de fevereiro de 2008.

OLIVIERI, L. **A importância histórico-social das redes**. Rio de Janeiro: Rits - Rede de Informações para o Terceiro Setor, 2003. Disponível em <http://www.rits.org.br/redes_teste/rd_tmtes_jan2003.cfm>. Acessado em fevereiro de 2008.

PAMPLONA, J. B.; ROMEIRO, M. do C.. Desvendando o setor informal: relatos de uma experiência brasileira. **Revista da ABET**, São Paulo, v. 2, n. 2, p. 14-36, 2002. Disponível em <<http://www.race.nuca.ie.ufrj.br/abet/revista/artigos%203/joaomaria3.htm>>. Acessado em 10 de março de 2007.

PEREIRA, A. J. **O Comportamento da ocupação no Brasil: algumas evidências da informalização do formal**. 2003. Disponível em <http://coralx.ufsm.br/eed/edicoes_artigos/edicao_15/Art%2001%20Adriano-15-2003.pdf>. Acessado em 18 de outubro de 2007.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VIÇOSA. **Viçosa em números**. Disponível em <<http://www.vicosamg.gov.br/conteudo/vicosamnumeros.htm>>. Acessado em 15 de maio de 2007.

RAMOS, M. P. Apoio social e saúde entre idosos. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 4, n. 7, p. 156-175, jan/jun 2002. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/soc/n7/a07n7.pdf>>. Acessado em abril de 2008.

RIBEIRO, C. A. B. **A economia informal urbana no Brasil na década de 90, crescimento, oportunidades e ameaças**, 2006. Disponível em <http://www.administradores.com.br/producao_academica/a_economia_informal_urbana_do_brasil_na_decada_de_90_crescimento_oportunidades_e_a_meacas/403/>. Acessado em janeiro de 2008.

ROESCH, S. M. A. **Projetos de estágio e de pesquisa em administração: guia estágios, trabalho de conclusão, dissertações e estudo de caso**. 3 ed. São Paulo: Atlas, 2005.

RODRIGUES, G. **Construção de redes – um processo educativo em comunidades**, 2005. Disponível em <http://abt-br.org.br/index.php?option=com_content&task=view&id=163&Itemid=2>. Acessado em fevereiro de 2008.

SANTOS, L. M. N. **Pobreza como privação de liberdade: um estudo de caso na favela do Vidigal no Rio de Janeiro**. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal Fluminense, Niterói-RJ, 2007. Disponível em <http://www.uff.br/cpgeconomia/novosite/arquivos/tese/2007-larissa_martins.pdf>. Acessado em 10 de março de 2008.

SARAIVA, C. de F.. **Qualidade de compotas de goiaba produzidas por agroindústrias familiares e a visão do consumidor**. Dissertação (Mestrado em Economia Doméstica). Universidade Federal de Viçosa, Viçosa-MG, 2003.

SEBRAE. **Capacitação**. Disponível em http://www.sebraemg.com.br/Geral/visualizadorConteudo.aspx?cod_areasuperior=1&navegacao=CAPACITAÇÃO>. Acessado em 01 de abril de 2008.

SEBRAE. **O SEBRAE**. Disponível em <<http://www.sebrae.com.br/br/osebrae/osebrae.asp>>. Acessado em 15 de julho de 2007.

SEN, A. **Desenvolvimento com liberdade**. São Paulo: C das Letras, 2000.

SENA, A. L. dos S. **Políticas públicas e trabalho informal**. 2006. Disponível em <<http://66.102.1.104/scholar?hl=pt-BR&lr=&q=cache:bwPWwTKcMIEJ:www.gestaopublica.org/produtos/livro2/artigo04.pdf+%22Pol%C3%ADticas+P%C3%ABlicas+e+Trabalho+Informal%22>>. Acessado em 19 de outubro de 2006.

SERRANO, D. P.. **Teoria de Maslow – a hierarquia das necessidades**. Disponível em <<http://www.portaldomarketing.com.br/Artigos/maslow.htm>> 2000. Acessado em 10 de maio de 2007.

SILVA, F. A. C. **Análise do papel socioeconômico dos gastos da economia informal no município de Viçosa**. Monografia (Graduação). Universidade Federal de Viçosa, Viçosa-MG, 1994.

SILVA, J. de S.; BARBOSA, J. L. **O sentido do trabalho informal na construção de alternativas socioeconômicas e o seu perfil no Rio de Janeiro**, 2001. Disponível em <http://www.iets.org.br/biblioteca/O_sentido_do_trabalho_informal_na_construcao_de_alternativas_socioeconomicas_e_o_seu_perfil_no_RJ.PDF>. Acessado em 10 de março de 2008.

SILVA, M. M. S.; CAMPOS, M. T. F. de S. **Segurança alimentar e nutricional na atenção básica em saúde: fundamentos práticos para promoções de ações**. Viçosa-MG: ed. UFV, 2003.

SILVA, N. M. da; BRAGA, F. F.; DONZELE, M. F. Pobreza e organização econômica familiar: um estudo de caso. **Revista Oikos**, Viçosa-MG, v.9, n. 1, p. 75-93, 1995.

SINE, **Sistema Nacional de Emprego**. Disponível em <<http://www.sine.mg.gov.br/sine.html>>. Acessado em 10 de maio de 2007.

SIQUEIRA JÚNIOR, W. M. et al. Qualidade microbiológica de equipamentos e utensílios e manipuladores de uma indústria de processamento de carnes.. **Revista Nacional da Carne**, São Paulo, v. 28, n. 326, p. 36-46, 2004.

SOUZA, A. de M. e; COSTA, M. A.; MARTINS, R. R.. **Setor informal: origens, características e dimensões**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1982.

SOUZA, V. C. G. de. **Uma análise da família contemporânea a partir do perverso modo de produção capitalista**, 2005. Disponível em http://www.ficmg.edu.br/graduacao/servico_social/noticias/arquivos/artigo_vitor_carlos.doc. Acessado em 18 de outubro de 2007.

TEIXEIRA, A.; KAI, H.. **O consumo das famílias**, 2006. Disponível em <http://www.fucape.br/debates/upld/edicoes/Vol2N2FUCAPEDEBATES.pdf>. Acessado em 05 de maio de 2007.

THEODORO, M. **O Estado e os diferentes enfoques sobre o informal**, 2002. Disponível em <http://getinternet.ipea.gov.br/Noticias/news.php?num=104>>. Acessado em 21 de novembro de 2007.

APÊNDICE

APÊNDICE I - QUESTIONÁRIO DE PESQUISA

Local da Entrevista: 1.()casa 2.()feira 3.()outro:_____

1. Quais os tipos de alimentos que você faz para vender no mercado informal?

2. Você vende seus produtos em outro local?

1.()sim 2.()não

2.1. Se sim, onde?

3. Qual a sua idade?

1.() entre 15 e 25 anos 4.() entre 56 e 65 anos
2.() entre 26 e 45 5.() mais de 65 anos
3.() entre 46 e 55 anos

4. Qual o seu sexo?

1.() masculino 2.() feminino

5. Qual o seu grau de escolaridade?

1.() ensino fundamental incompleto 4.() ensino médio completo
2.() ensino fundamental completo 5.() superior incompleto
3.() ensino médio incompleto 6.() superior completo.

6. Quantas pessoas residem em seu domicílio?

7. Como é composta a sua família (tipo)?

1.() nuclear (pai, mãe e filhos)
2.() monoparental (pai ou mãe e filhos)
3.() extensa (pai, mãe, filhos e outros parentes)
4.() composta (pai, mãe e outros membros não-familiares).
5.() casal sem filhos

8. Como é o ciclo de vida da sua família?

1.() formação (sem filhos ou com filhos menores de 12 anos)
2.() intermediária ou de maturação (com filhos adolescentes maiores de 12 anos)
3.() dispersão (acima de 50 anos com filhos adultos e parte deles (ou todos) fora de casa)

9. Qual é a renda mensal de sua família?

1.() entre 1 e 2 salários mínimos 4.() entre 4 e 5 salários mínimos
2.() entre 2 e 3 salários mínimos 5.() entre 5 e 6 salários mínimos
3.() entre 3 e 4 salários mínimos 6.() mais de 6 salários mínimos

17. Principal fonte de renda:

18. Como você se sente em relação a essa atividade?

1. () insatisfeito

3. () satisfeito

5. () indiferente

2. () muito insatisfeito

4. () muito satisfeito

19. Houve alguma mudança na sua vida familiar depois que começou com essa atividade?